



Comunicação e Uso de Mídias

SÉRIE
CADERNOS PEDAGÓGICOS

9



PDE | MAIS EDUCAÇÃO
PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO

ERA UMA VEZ UMA CIDADE
QUE POSSUÍA UMA
COMUNIDADE,
QUE POSSUÍA UMA
ESCOLA.
MAS OS **MUROS**
DESSA ESCOLA
ERAM FECHADOS
A ESSA COMUNIDADE.
DE REPENTE,
CAÍRAM-SE OS MUROS
E NÃO SE SABIA MAIS ONDE
TERMINAVA A **ESCOLA,**
ONDE COMEÇAVA
A COMUNIDADE.
E A CIDADE PASSOU
A SER UMA
GRANDE AVENTURA DO
CONHECIMENTO.





9

Comunicação e Uso de Mídias

SÉRIE
CADERNOS PEDAGÓGICOS

1	A Série Mais Educação	05
2	Apresentação do Caderno	07
3	Sociedade da Informação	10
4	A Comunicação e Uso de Mídias no Programa Mais Educação	16
5	Projeto Pedagógico das Mídias Escolares	24
6	Mídias Escolares	30
7	Rádio Escolar	37
8	Histórias em Quadrinhos	43
9	Fotografia	48
10	Vídeo	56
11	Interface das Mídias Escolares com os outros cadernos do Programa Mais Educação	62
12	Experiências de Produção de Mídias Escolares no Brasil	63
13	Referências	64

The first part of the document discusses the importance of maintaining accurate records of all transactions. It emphasizes that every sale, purchase, and payment must be properly documented to ensure the integrity of the financial statements. This includes recording the date, amount, and purpose of each transaction, as well as the names of the parties involved.

In addition, the document highlights the need for regular reconciliation of bank accounts and credit cards. This process involves comparing the company's internal records with the statements provided by the banks and credit card issuers. Any discrepancies should be investigated immediately to identify errors or potential fraud.

Another key aspect of financial management is the timely payment of bills and taxes. Failure to do so can result in penalties, interest charges, and damage to the company's credit rating. Therefore, it is essential to establish a system for tracking due dates and ensuring that all obligations are met on time.

Finally, the document stresses the importance of transparency and communication with stakeholders. Regularly providing updates on the company's financial performance to investors, creditors, and other interested parties helps build trust and confidence in the organization's management.

Pensar na elaboração de uma proposta de Educação Integral como política pública das escolas brasileiras é refletir sobre a transformação do currículo escolar ainda tão impregnado das práticas disciplinares da modernidade. O processo educativo, que se dinamiza na vida social contemporânea, não pode continuar sustentando a certeza de que a educação é uma tarefa restrita ao espaço físico, ao tempo escolar e aos saberes sistematizados do conhecimento universal. Também não é mais possível acreditar que o sucesso da educação está em uma proposta curricular homogênea e descontextualizada da vida do estudante.

Romper esses limites político-pedagógicos que enclausuram o processo educacional na perspectiva da escolarização restrita é tarefa fundamental do Programa Mais Educação. Este Programa, ao assumir o compromisso de induzir a agenda de uma jornada escolar ampliada, como proposta de Educação Integral, reafirma a importância que assumem a família e a sociedade no dever de também garantir o direito à educação, conforme determina a Constituição Federal de 1988:

“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (Art. 205, CF)

Nesse sentido, abraçando a tarefa de contribuir com o processo de requalificar as práticas, tempos e espaços educativos, o Programa Mais Educação convida as escolas, na figura de seus gestores, professores, estudantes, funcionários e toda a comunidade escolar, a refletir sobre o processo educacional como uma prática educativa vinculada com a própria vida. Essa tarefa exige, principalmente, um olhar atento e cuidadoso ao Projeto Político-Pedagógico da escola, pois é a partir dele que será possível promover a ampliação das experiências educadoras sintonizadas com o currículo e com os desafios acadêmicos.

Isso significa que a ampliação do tempo do estudante na escola precisa estar acompanhada de outras extensões, como os espaços e as experiências educacionais que acontecem dentro e fora dos limites físicos da escola e a intervenção de novos atores no processo educativo de crianças, adolescentes e jovens. O Programa Mais Educação entende que a escola deve compartilhar sua responsabilidade pela educação, sem perder seu papel de protagonista, porque sua ação é necessária e insubstituível, mas não é suficiente para dar conta da tarefa da formação integral.

Para contribuir com o processo de implementação da política de Educação Integral, o Programa Mais Educação, dando continuidade a **Série Mais Educação** (MEC), lançada no ano de 2009 e composta da trilogia: *Texto Referência para o Debate Nacional*, *Rede de Saberes: pressupostos para projetos pedagógicos de Educação Integral* e *Gestão Intersetorial no Território*, apresenta os **Cadernos Pedagógicos do Programa Mais Educação** pensados e elaborados para contribuir com o Projeto Político-Pedagógico da escola e a reorganização do seu tempo escolar sob a perspectiva da Educação Integral.

Esta série apresenta uma reflexão sobre cada uma das temáticas que compõem as possibilidades educativas oferecidas pelo Programa Mais Educação, quais sejam:

- Acompanhamento Pedagógico;
- Alfabetização;
- Educação Ambiental;
- Esporte e Lazer;
- Direitos Humanos em Educação;
- Cultura e Artes;
- Cultura Digital;
- Promoção da Saúde;
- Comunicação e Uso de Mídias;
- Investigação no Campo das Ciências da Natureza;
- Educação Econômica.

Em cada um dos cadernos apresentados, sugere-se caminhos para a elaboração de propostas pedagógicas a partir do diálogo entre os saberes acadêmicos e os saberes da comunidade. A ideia de produção deste material surgiu da necessidade de contribuir para o fortalecimento e o desenvolvimento da organização didático-metodológica das atividades voltadas para a jornada escolar integral. Essa ideia ainda é reforçada pela reflexão sobre o modo como o desenvolvimento dessas atividades pode dialogar com as áreas de conhecimento presentes na LDB (Lei 9394/96) e a organização escolar visualizando a cidade e a comunidade como locais potencialmente educadores.

Outros três volumes acompanham esta Série, a fim de subsidiar debates acerca dos temas:

- Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva;
- Territórios Educativos para a Educação Integral: a reinvenção pedagógica dos espaços e tempos da escola e da cidade;
- Educação Integral no Campo.

Faz-se necessário salientar que as proposições deste conjunto de cadernos temáticos não devem ser entendidas como uma apresentação de modelos prontos para serem colocados em prática, ao contrário, destinam-se a provocar uma reflexão embasada na realidade de cada comunidade educativa, incentivando a atenção para constantes reformulações. Portanto, estes volumes não têm a pretensão de esgotar a discussão sobre cada uma das áreas, mas sim qualificar o debate para a afirmação de uma política de Educação Integral.

Desejamos a todos uma boa leitura e que este material contribua para a reinvenção da educação pública brasileira!

A proposta de educação integral do *Programa Mais Educação* situa-se na trajetória de vários projetos semelhantes presentes em momentos da história do país. Criados pelos mais diversos educadores, esses projetos, embora pontuais e esporádicos, tentaram, a sua maneira, lidar com os desafios do acesso, permanência e aprendizado no contexto da educação do país.

Esses programas buscaram a ampliação do tempo da jornada escolar, mas muitos não questionaram sobre a fragmentação do conhecimento e dos processos educativos e como isso pode interferir na permanência das crianças e dos jovens na escola. Uma educação, não somente de tempo integral, mas de proposta integrada e de ampliação de espaços da educação é o desafio do *Programa Mais Educação*.

O Brasil caminhou, nas últimas décadas, para o acesso quase universal de crianças, adolescentes e jovens ao Ensino Fundamental, e se coloca metas, também, nesse sentido para o Ensino Médio. Mas como se desenha a escola pública universal que queremos?

As altas taxas de evasão apontam para um distanciamento do papel que a instituição escolar representa, de fato, na vida de seus estudantes. Um grande desafio, que surge para a sociedade contemporânea globalizada e conectada à internet, cujo acesso à informação torna-se a cada dia uma realidade geral, é justamente retomar o sentido que a escola tem para a vida e o sucesso pessoal de cada estudante. Sucesso no sentido de preenchimento das necessidades existenciais, culturais, acadêmicas, sociais e profissionais de cada um. Tornar-se necessária e desejada por todos – e exercer seu papel emancipatório central – exige da educação uma integralidade de proposta e uma capilaridade na realidade social e particular de cada estudante.

A educação integral, na definição do *Programa Mais Educação*, propõe a formação mais completa possível do ser humano, considerando as particularidades das questões sociais do Brasil e alimentando-se de parcerias entre os ministérios e outras instâncias do Governo Federal. Abarca, dentre suas preocupações, requisitos que, de forma geral, não são contemplados em uma visão tradicional conteudista da educação e do espaço escolar, tais como o desenvolvimento de habilidades específicas, o diálogo entre os conhecimentos escolares e comunitários, a proteção e a garantia básica dos direitos de crianças, adolescentes e jovens e a preocupação com os temas da saúde pública.

Para atingir suas metas, uma das principais proposições da educação integral, é considerar as atividades curriculares e extracurriculares como partes de um único processo com um objetivo comum: a formação plena do educando, derrubando, assim, os limites e os vícios de um turno e contraturno escolares, ou seja, o *Programa Mais Educação* propõe repensar a estrutura seriada e compartimentada da escola. As atividades propostas nos cadernos do *Mais Educação* devem dialogar com as disciplinas acadêmicas e os conhecimentos juvenis e comunitários, para que o sentido de “integralidade” seja, realmente, exercido. Trata-se da discussão de uma nova ordem curricular na escola, um debate antigo na sociedade brasileira.



No entanto, somente a integralidade de tempo não garante que a escola faça sentido àqueles para os quais ela foi criada: seus estudantes. A obsolescência de conteúdos, desconectados com a realidade do jovem, torna-se um empecilho à permanência do mesmo na sala de aula. Para acompanhar as demandas sociais de cada estudante, o *Programa Mais Educação* propõe também o rompimento com o enclaustramento criado pelo espaço escolar, ou seja, “derrubar os muros da escola”, pelo menos na esfera do conhecimento.

A comunidade, assim, ganha vital importância. A territorialização da escola – ampliando seus espaços físicos, para além de seus muros e de suas salas de aula, e abarcando saberes, para além de seus livros, torna a proposta da educação potencialmente conectada com demandas reais e cotidianas do público ao qual a escola serve. A escola passa, assim, a ser parte da comunidade na qual está inserida, de forma a ser respeitada e considerada por seus membros, não mais um organismo meramente burocrático que, quase que por acaso, faz parte daquela paisagem.

COMUNICAÇÃO: CRISE E OPORTUNIDADE

A proposta do *Programa Mais Educação* abre, portanto, caminho e dá diretrizes para a questão da permanência do estudante na escola e para a melhoria de seu aprendizado. Mas, dentro das propostas de atividades de educação integral, quais elementos podem garantir o vínculo do aluno com a escola e de fato torná-la importante, novamente, numa sociedade dinâmica e midiática na qual vivemos?

Como veremos, a seguir, a comunicação tem hoje um papel fundamental na vida de todo ser humano. Na chamada sociedade da informação (ou pós-industrial), a TV, o rádio, o jornal, a revista e a internet têm um papel intenso, sobretudo, na vida do jovem. A informação, por exemplo, deixou de ser adquirida, desde o advento do rádio, somente pelos livros ou com o professor na sala de aula. Passa, hoje, por uma teia complexa e abrangente de veículos de comunicação e, conseqüentemente, filtros e mediações.

O escritor e intelectual italiano Umberto Eco chegou a denominar a época que vivemos como “Idade Mídia”, pois, ao contrário das sombras da Idade Média, quando o conhecimento ficou restrito à vida monástica, nossa época tem tanta informação que o “excesso de luz” pode também nos deixar longe da compreensão de tudo que chega até nós.

A internet e seu desenvolvimento aprofundaram, mas também abriram possibilidades sobre esse cenário. O surgimento da rede mundial de computadores, não só aumentou a quantidade de informação disponível, como abriu um caminho, até então, de difícil acesso à maior parcela da população: a produção de comunicação.

É, justamente, essa a grande virada das mídias, que começou com a internet e seguirá com a televisão digital, e que abre uma crise ou uma oportunidade na sociedade: nunca foi tão fácil produzir comunicação. Texto, imagem e vídeo são facilmente criados (até por meio do telefone celular) e também veiculados. Desde o e-mail, chegando ao blog, há uma oportunidade potencial de publicação de conteúdos interessantes, mas de bobagens também. O Comitê Gestor da internet estimou, recentemente, que um blog nasce a cada 15 segundos, na sua maioria criado por jovens. Outros tantos acabam, provavelmente, por não acharem seu lugar em um espaço virtual tão congestionado de informação.

Ora, se a escola tem no âmago da sua existência a construção da autonomia dos educandos, como seria possível realizar essa tarefa sem considerar a comunicação e seu papel na sociedade hoje? É, justamente, no trabalho junto às crianças, adolescentes e jovens e sua relação com a

mídia tradicional (chamada mídia de massa) e as novas mídias (como a internet), que a escola tem uma excelente oportunidade de aproximar-se da realidade de seus educandos, ganhar espaço e importância em suas vidas e tornar-se fundamental no desenvolvimento da crítica e da autonomia. Lembremos que a relação entre educação e comunicação não é nova. Paulo Freire (1979) considerava, por exemplo, os dois processos semelhantes: comunicar era uma atribuição básica do educar; o educar seria então uma comunicação específica.

O que este caderno propõe é uma nova relação entre educação, educandos e meios de comunicação, que promove o acesso aos veículos de comunicação, estimula a leitura crítica da mídia e a produção de comunicação autêntica por parte dos estudantes. São esses os itens estruturais dos processos de Educomunicação – a etimologia da palavra vem da fusão de educação e comunicação e é definida, academicamente, como uma nova área de estudo na intersecção dessas duas já conhecidas.

DIREITO À COMUNICAÇÃO

A produção de mídias escolares é uma proposta pedagógica situada no campo do Direito à Comunicação, cuja gênese se faz necessário traçar, mesmo brevemente, para uma correta contextualização.

A Liberdade de Expressão faz parte dos Direitos Humanos de primeira geração, assim chamados por se referirem à vida e à liberdade das pessoas, e também, por terem sido os primeiros inscritos em textos constitucionais, a partir da independência norte-americana (1776) e da Revolução Francesa (1789). Consiste no direito das pessoas expressarem, livremente, suas opiniões, pensamentos e ideias.

A Liberdade de Imprensa é a forma que toma a Liberdade de Expressão, quando se aplica aos meios de comunicação. A palavra “imprensa” remete aos meios gráficos, pois o conceito nasceu em uma época em que estes eram os únicos que existiam, mas, por extensão, se aplicam à prática de qualquer meio de comunicação.

O Direito à Comunicação é um conceito muito mais recente, pois nasceu, no final da década de 1970, no seio da Organização das Nações Unidas para a Educação e a Cultura (UNESCO). Essa instituição criou uma comissão para mapear a realidade da mídia no mundo, cujo relatório final, intitulado *Um Mundo e Muitas Vozes* (1980), tornou-se um marco, ao evidenciar que a produção de informações está dominada, em nível mundial, por grandes grupos de comunicação localizados nos países ditos “centrais” (Europa e América do Norte). Assim, a comunicação transforma-se em um instrumento de dominação, que beneficia àqueles que controlam a mídia e aos interesses geopolíticos e econômicos com os quais estão associados.

Essa situação contrasta com o Direito à Comunicação, isto é, a possibilidade de cada um expressar suas ideias e divulgar as informações que considerar pertinentes, com chances reais de ser ouvido; o comentário vale tanto para indivíduos, como para grupos, setores sociais e países, cada um no seu nível. O Direito à Comunicação busca equilibrar a comunicação, dentro de uma perspectiva igualitária, contrapondo-se à situação de concentração e controle que se constata universalmente. Eis o motivo pelo qual a expressão Direito à Comunicação, contrariamente à Liberdade de Imprensa e Liberdade de Expressão, é, raramente, mencionada nos meios de comunicação.

A produção de mídias escolares situa-se no campo do Direito à Comunicação, porque permite que crianças, adolescentes e jovens tenham acesso aos meios de produção, podendo divulgar informações e pontos de vista, dentro de um processo educativo orientado para a autonomia.

Tornam-se, assim, sujeitos da comunicação, cidadãos e cidadãs que se expressam no espaço público. Nesse sentido, a escola que produz mídias, vincula-se à rica história da comunicação popular na América Latina.

Nas décadas de 1960 e 1970, principalmente, viveu-se, na América Latina, então dominada por ditaduras militares, um intenso processo de valorização da palavra dos setores populares, influenciado pela Teologia da Libertação, então hegemônica na Igreja Católica, e pelo pensamento político marxista. Surgiram inúmeras experiências de comunicação sindical, comunitária e cultural realizadas muitas vezes na clandestinidade ou desafiando a censura.

Dentro desse marco de referência, dividimos este caderno em quatro partes. Na primeira parte, Sociedade da informação, problematizamos, sinteticamente, a influência da mídia na sociedade contemporânea. De maneira cada vez mais abrangente, o mundo vive um processo de mediação, nome dado à influência dos meios de comunicação na produção de sentidos e nas representações sociais. Esse processo, que a internet tornou ainda mais complexo, questiona o papel e mesmo o sentido da escola na contemporaneidade.

A segunda parte do caderno, “A Educomunicação no Programa Mais Educação”, apresenta a educomunicação, uma proposta interdisciplinar que articula dois campos de saberes – educação e comunicação – como resposta aos desafios da mediação. Nas suas diversas vertentes – educação para a comunicação (produção de mídias escolar), mídia educação (formação para a recepção crítica da mídia), dentre outras – a educomunicação tem como ponto fundamental a participação ativa de professores e alunos na chamada sociedade da informação.

A terceira parte do caderno, “Projeto Pedagógico das Mídias Escolares”, apresenta recomendações para a definição de uma proposta educativa coerente para as mídias escolares. Com efeito, produzir mídia não é um “fazer”, mas requer reflexão e clareza de propósitos. A produção de mídias na escola está atravessada por uma tensão entre o produto (o jornal, o programa de rádio, o vídeo, a fotografia, a História em Quadrinhos) e o processo ensino-aprendizagem de onde se origina. É necessário assumir e ficar atentos a essa tensão.

A quarta parte do caderno, “Mídias Escolares”, enfim, apresenta, brevemente, uma ordem prática para cada uma das mídias propostas pelo Programa Mais Educação: jornal escolar, rádio escolar, vídeo, fotografia e História em Quadrinhos.

3

Sociedade da Informação

A comunicação entre homens e mulheres foi quase, exclusivamente, interpessoal até, aproximadamente, 3.500 anos atrás, quando os sumérios inventaram a escrita. A partir desse momento, a comunicação à distância e através do tempo – o registro torna a informação perene – passou a incidir de maneira decisiva no desenvolvimento da humanidade.

O salto seguinte aconteceu no ano 1450 quando Gutenberg inventou a prensa de impressão, dispositivo que permitiu a divulgação massiva de conteúdos, até então, prisioneiros da cópia manuscrita. A circulação de impressos está associada ao desenvolvimento prodigioso da ciência e à decadência do absolutismo político e religioso, pois permitiu socializar conhecimentos e ampliar a audiência dos reformadores sociais.

No século XIX, começa um frenético ciclo de evolução, com uma série de invenções de grande importância, como o telégrafo, o rádio, o telefone, a fotografia e o cinema. No século XX, a

evolução acelerou-se com a televisão (primeiro, preto e branco, depois, colorida), a conexão por satélite, a internet, a fibra ótica e as redes sem fio. A era digital, recentemente iniciada, amplia, exponencialmente, as possibilidades de comunicação, notadamente, através da interconexão das diversas mídias. Se escrevermos aqui “uma novidade na hora atual é o livro digital, que dispensa a reprodução em papel e permite o acesso a uma biblioteca on-line infundável”, é provável que, em bem pouco tempo, o leitor considere a informação ultrapassada, pois a inovação já terá avançado vários passos.

Gerações de pensadores e cientistas de diversas áreas têm refletido sobre o impacto da comunicação e das mídias na nossa sociedade. Sem entrar nos detalhes e meandros dessa reflexão, em que não faltam as posições encontradas, inclusive, do ponto de vista valorativo – otimistas, pessimistas – podemos tomar como ponto de partida de nosso raciocínio a constatação de que a informação não circula de forma etérea nem é gerada espontaneamente. Por princípio, toda informação tem um emissor e precisa de um canal para circular. Por trás da informação estão, portanto, os produtores, e, junto com eles, os meios de comunicação, que garantem a circulação – canais de TV, emissoras de rádio, jornais, revistas, editoras, internet, produtoras de filmes, etc.

A porção dominante dos meios de comunicação está constituída por empresas que atuam dentro das regras do mercado capitalista, com suas premissas de realização de lucro e concorrência. É um setor oligopólico¹, dominado por grupos multimídia, tanto em escala mundial como nacional e regional (variando apenas o tamanho necessário para fazer parte dos grupos dominantes em cada um desses níveis, de maior a menor). O capitalismo, como se sabe, é um sistema, intrinsecamente expansionista, pois está movimentado por uma lógica interna que, por um lado, empurra as empresas ao crescimento – condição de ampliação do lucro e, mesmo de sobrevivência, em um contexto de concorrência – e, por outro, aumenta, continuamente, a oferta/demanda de bens e serviços². O desenvolvimento constante e combinado desses dois aspectos – o consumo e as empresas que o atendem – é uma das características principais do sistema.

É essa lógica expansionista que movimenta, também, os meios de comunicação de massa. Eles buscam, em todos os nichos da cultura, a matéria-prima para atender a gigantesca demanda de programação gerada por seu crescimento continuado. Realizam, assim, um incessante trabalho de apropriação e reelaboração da cultura, através da seleção dos assuntos tratados nas suas programações, dos enfoques com que são abordados, dos nexos construídos entre eles e da relevância atribuída a uns e outros. Essa intervenção na esfera simbólica está condicionada pela negociação com os interesses de patrocinadores e anunciantes. A mediação da cultura moderna consiste, justamente, nesse domínio das formas simbólicas (palavras, imagens) por meios de comunicação, que funcionam com lógica mercantil³.

Os meios de comunicação são, por outro lado, o canal utilizado pelas empresas para promover suas marcas e produtos, através da publicidade. O poder persuasivo da publicidade, integrado a estratégias de *marketing*, nos leva frequentemente a consumir bens e serviços que não nos pareciam necessários, antes do impacto midiático, criar em nós a vontade de possuí-los. A participação dos meios de comunicação na promoção do consumismo não se limita, porém, ao intervalo comercial ou ao *merchandising* (a exposição de produtos durante os programas). Ela é sistêmica, pois uma empresa de comunicação, que atua no mercado e tira dele seu lucro, não poderia, senão, exteriorizar no seu comportamento a integração a essa lógica. Daí, que as representações sociais do consumismo (imagem de riqueza/fartura, desejo do novo, moda) constituem um conteúdo transversal permanente dos meios de comunicação de massa.

1 Oligopólio é um tipo de mercado dominado por um reduzido número de empresas.

2 Se necessário, antecipando o fim da vida útil dos bens, através da “obsolescência programada”, que consiste no planejamento do lançamento de produtos que tornam obsoletos os que já estão no mercado, evitando as compatibilidades entre uns e outros. O conceito foi criado, na década de 20, por Alfred Sloan, então presidente da General Motors.

3 A mediação da cultura é um processo que iniciou com a invenção da imprensa e se desenvolveu com a constituição da comunicação como um mercado, consolidando-se com o surgimento dos meios de comunicação eletrônicos. THOMPSON, John B. Ideologia e cultura moderna, Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

A tendência da hora atual é a promoção do consumismo nas crianças e adolescentes, que são a fronteira de expansão do mercado. Sofisticadas estratégias de condicionamentos de reflexos e sedução, para provocar demandas de consumo nesse público, são utilizadas de maneira intensiva. Procura-se, mesmo, aproveitar as tensões que crianças e adolescentes podem gerar dentro da família, para seus pais atenderem suas exigências de consumo. Esta é uma das tendências mais preocupantes da influência da mídia, na medida em que tende a abolir a especificidade da infância – consumidores não têm idade, apenas peculiaridades que devem ser consideradas para melhor influenciá-los⁴.

Resta ver a influência da mídia de massa na formação dos consensos políticos. Dois pesquisadores norte-americanos analisaram a cobertura dada pela mídia desse país às informações sobre diversas situações emblemáticas acontecidas entre as décadas de 1960 e 1980⁵. A pesquisa descobriu um viés sistêmico – isto é, uma tendência que opera de forma constante e automática – no tratamento das informações. Esse viés é o resultado do funcionamento de cinco “filtros” no tratamento e seleção das informações repassadas ao público.

A primeira filtragem acontece pelo fato de a mídia estar formada por empresas com interesses comerciais, integradas a outros ramos da economia, isso cria um determinado “olhar” da realidade. O segundo filtro é constituído pelo fato da mídia fazer negócios com seus anunciantes e patrocinadores, que adquirem poder de influência. Um terceiro filtro está constituído pelo fato de a principal fonte de informação dos jornalistas ser as instituições dominantes e os especialistas a elas associadas. O quarto filtro é a intimidação provocada pelas críticas dos círculos do poder, quando entendem que estão sendo contrariados pela mídia. O quinto filtro, enfim, é a ideologia, do anticomunismo, do livre mercado. O funcionamento combinado destes filtros faz com que as informações e pontos de vistas favoreçam o poder dominante – político e econômico – e sejam, sistematicamente, valorizados pela imprensa.

Assim, a mediação provoca efeitos em dois níveis: o profundo (adesão ao consumismo e a sua forma prática de realização, que é o mercado) e o superficial (adesão ao pensamento das forças políticas e econômicas, que tiram seu poder do mercado). A mediação faz aparecer os valores e comportamentos, que sustentam o mercado capitalista e a cristalização do poder, que ele provoca, como uma realidade natural, e não como uma construção humana resultante de determinadas opções que podem ser, eventualmente, questionadas. A busca de alternativas e as situações insatisfatórias exigem dos ativistas das mudanças um esforço prévio para quebrar, no imaginário coletivo, a aparente naturalidade da situação posta.

Reconhecer a amplitude da influência dos meios de comunicação não deve levar, porém, à conclusão de que os receptores são seres passivos, como poderia fazer pensar o esquema utilizado, classicamente, para descrever a comunicação (emissor/mensagem/receptor). A mensagem não se inscreve em uma “folha mental” em branco, pois entre ela e o receptor se interpõem mediações de todo tipo: tecnológicas (as possibilidades de uso brindadas pelos aparelhos pelos quais passa a comunicação e suas apropriações), institucionais (os discursos públicos que interpelam as pessoas desde diversos pontos de vistas e interesses), socioculturais (“a sociabilidade, gerada na trama de relações cotidianas, que tecem os homens ao juntarem-se, é lugar de ancoragem da *práxis* comunicativa e resulta dos modos e usos coletivos da comunicação”⁶) e mesmo rituais (“a mediação das ritualidades remete-nos ao nexo simbólico, que sustenta toda comunicação: a sua ancoragem na memória, aos seus ritmos e formas, seus cenários de interação e repetição”⁷).

4 No livro *Crianças do Consumo*, a psiquiatra norte-americana Susan Linn relata o que ouviu ao participar, durante vários anos, de encontros de profissionais do marketing. Instituto Alana, São Paulo, 2006 (www.institutoalana.org.br).

5 HERMAN, Edward S.; CHOMSKY, Noam. *A manipulação do público*. São Paulo: Futura, 2003.

6 MARTIN-BARBERO, Jesus. *Dos meios às mediações*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008, prefácio a 5 ed. espanhola, p. 17.

7 MARTIN-BARBERO, Jesus, op. cit. p. 19.

Para o sociólogo inglês John Thompson, as mediações compõem um contexto social estruturado onde acontece a apropriação cotidiana dos produtos de comunicação de massa⁸. Cada pessoa traduz e “decodifica” as mensagens de maneira diferente, conforme seu contexto social e as infinitas variantes de interpretação, que surgem das histórias e trajetórias pessoais.

O fato de o jogo (articulação) das mediações fazer com que a recepção seja ativa, não quer dizer, porém, que seja, necessariamente, crítica. A recepção ativa pode acontecer dentro de margens de “desvio” inócuo do ponto de vista da hegemonia. Há, por exemplo, milhares de exemplos de campanhas publicitárias, que fracassaram, porque os receptores não entenderam a mensagem do mesmo modo que os emissores, mas analisada no seu conjunto, ou diacronicamente, portanto, não cabe dúvida de que a publicidade é o suporte mediático do consumismo.

O que está em jogo, pelo menos, neste texto, é, justamente, essa capacidade da mídia construir consensos hegemônicos, passando, inclusive, por cima das mediações.

Interessa, antes de concluir este ponto, registrar que as mediações são dinâmicas, pois mudam com o tempo, influenciadas por diversos fatores, inclusive, a própria pressão da comunicação de massa, que “constrói” cultura. A perspectiva da interface educação-comunicação considera esse dinamismo e se propõe justamente fortalecer e atualizar o papel da escola como mediador institucional, como veremos mais adiante.

INTERNET, UM CAMPO DE POSSIBILIDADES E DISPUTAS

Os comentários anteriores referem-se à lógica da comunicação de massa, vertical, onde grupos reduzidos de pessoas produzem os conteúdos que a maioria tem acesso, no marco de um sistema empresarial direcionado para o lucro.

A internet teria condições de mudar esse panorama? De fato, centenas de milhões de pessoas conseguem acessar, democraticamente, informações em milhões de sites de conteúdo; elas podem se tornar produtoras de informações através de seus próprios sites ou blogs ou postando vídeos, fotos ou áudios em espaços abertos (*YouTube* é apenas o mais conhecido, as opções são inúmeras). Listas de discussão, fóruns, redes de relacionamentos (*Orkut, Facebook* etc.), *Twitter* e outros recursos permitem, por outro lado, uma circulação diversificada e livre de informação em quase todos os países do mundo – o acesso livre à internet passou a ser um medidor de escala do autoritarismo e atraso dos regimes políticos. Por outro lado, o movimento do *software* livre colocou a andar, pela primeira vez, em escala planetária, um modelo de relacionamento, ao mesmo tempo social, econômico e ideológico que ultrapassa a lógica do mercado. É inegável, portanto, que a internet rompe com a comunicação vertical e mercantilizada, sendo, desse ponto de vista, revolucionária. Nunca, antes, houve tantas possibilidades reais de democratizar a comunicação.

É também inegável, porém, que as forças dominantes tentam aproveitar a inovação em seu favor, fazendo da internet um mercado. O fato de essas forças estarem de olho no potencial da internet evidencia-se na disputa que travam para controlar a troca de arquivos entre usuários, de modo a impedir a circulação livre de músicas, vídeos, filmes e outros conteúdos protegidos por direitos autorais, e o modo em que a utilizam para aumentar lucros, transferindo para os usuários responsabilidades de “autoatendimento”, sem compensação financeira. Por outro lado, os meios de comunicação utilizam massivamente a internet para fornecer, com bastante sucesso, seus conteúdos, permitindo-se, inclusive, abrir espaços de participação subordinada aos leitores e ouvintes, que são convidados a participar, para alimentar uma lógica comunicativa

8 THOMPSON, J. B., op. cit.

sobre a qual não tem nenhum controle. Os publicitários e profissionais de *marketing*, por sua vez, redobram esforços criativos para não perder o trem, apoiando-se em informações que a própria internet permite captar sobre a vida privada das pessoas. Seus recursos são variados, desde os já tradicionais *banners* ou *hyperlinks*, até a promoção de comunidades de seguidores de determinados produtos, passando pela produção de vídeos publicitários ousados que as pessoas, achando-os engraçados ou transgressores, enviam umas às outras. No Brasil, por exemplo, em 2009, 3% da verba publicitária foi investido em internet, apenas um ponto percentual abaixo da rádio⁹, que não demorará em ser ultrapassada.

A internet, do ponto de vista do Direito à Comunicação constitui, portanto, um campo onde concepções opostas se enfrentam. Se for verdade que ela reforça de maneira extraordinária as possibilidades da comunicação independente e horizontal, também é verdade que a velha comunicação, verticalista e inserida nos interesses do mercado, tem suas cartas para jogar nessa partida.

DESAFIOS PARA A ESCOLA

Sabemos, depois da pesquisa realizada pelo historiador francês Philippe Áries¹⁰, que a visão que temos da infância, data do final do século XVII. Até então, a criança era considerada pouco mais que um adulto em miniatura; passados os primeiros cinco ou seis anos de vida, ela participava da vida social, integrando-se ao mundo do trabalho e à convivência social plena.

A ideia de se dar atenção e carinho especial à criança, para além desses anos iniciais, é concomitante com o desenvolvimento das escolas, que substituem a aprendizagem no trabalho, como meio de educação, e com a configuração de uma esfera de privacidade – a família se fecha ao mundo exterior – comparativamente, à sociabilidade da Idade Média. A separação das crianças do mundo adulto é presidida pela disseminação da ideia do cuidado, dentro de um intuito moralizante, que tem um de seus componentes no controle das informações e dos conhecimentos aos quais as crianças tinham acesso.

Essa filtragem, realizada pela escola e a família, desaparece com o advento da televisão no século XX, pois “ela permite que os mais jovens estejam presentes nas interações dos adultos [...] A telinha mostra às crianças os temas e comportamentos que os adultos esforçaram-se em ocultar-lhes durante séculos.”¹¹

A antropóloga norte-americana Margaret Mead sinalizava, já na década de 1960, que a TV tinha feito surgir uma nova cultura, projetada, totalmente, para o futuro e a mudança, e na qual os jovens substituem os pais como referência¹². O par (o outro jovem) é o companheiro de exploração desse presente-futuro. Trata-se de uma evolução antropológica maior. A escola, a família, a igreja, o partido político e outras instituições orientadoras tendem a perder, naturalmente, sua influência, pois elas representam e estão encarregadas de transmitir conhecimentos e valores que representam o passado.

Podemos supor que o advento da internet – que não existia quando a antropóloga formulou seu pensamento – consolidou essa evolução, pois, por um lado, as crianças e jovens passaram a dominar melhor o uso das tecnologias que seus pais (o que também é um fato novo na história da humanidade) e, por outro, no ciberespaço configura-se uma comunidade desterritorializada e fragmentada, sem vínculos necessários com o local, onde as histórias e os relacionamentos – as raízes – se constroem e reconstróem permanentemente.

9 Almanaque IBOPE, www.almanaqueibopecom.br.

10 ÁRIES, Philippe. *História social da criança e da família*, Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1981.

11 MEYROWITZ, Joshua. *No Sense of Place*, University of New Hampshire, 1992, apud MARTÍN-BARBERO. Jóvenes: comunicación e identidad. Revista Digital de Cultura de La OEI, nº. 0, fev./2002. www.oei.es/pensariberoamerica/ric00a00.htm

12 MEAD, Margaret. *Cultura y compromiso*. Granica, Buenos Aires, 1971, apud MARTÍN-BARBERO, op cit.

Por outro lado, a internet tornou totalmente livre o acesso aos mais diversos conteúdos. Assim, “a escola deixou de ser o único lugar de legitimação do saber, pois existe uma multiplicidade de saberes que circulam por outros canais e não pedem autorização à escola para se expandir socialmente.”¹³

POTENCIAL PEDAGÓGICO DA CRÍTICA

As mídias estão na origem de uma nova cultura, orientada para o futuro, na qual adolescentes e jovens têm como referência principal seus pares; essa mutação está sendo aprofundada pela internet. Pareceria, então, à primeira vista, que o adulto perdeu influência na formação dos jovens, mas não é assim. A comunicação de massa gerou a nova cultura e, ao mesmo tempo, a significou, normalizando-a dentro das necessidades do momento atual do mercado capitalista.

A perda de influência das instituições do mundo adulto que se propunham a realizar uma ação educativa (a escola, em primeiro lugar, mas também as igrejas e mesmo os partidos políticos) acontece, concomitantemente, com o surgimento de outra instituição educativa “de adultos” (a mídia), que nega ter essa pretensão, mas a executa de maneira implacavelmente eficaz pelo próprio desenvolvimento de sua lógica interna.

Decorre disso que, para a escola recuperar o seu papel, deveria, em primeiro lugar, lutar por sua própria legitimidade perante crianças e jovens. Colocamos aqui, como tese, que ela não pode recuperar essa legitimidade, se não desvendar, através da crítica, a mistificação proposta pelo mundo da comunicação-mercado. Essa crítica gera a possibilidade de se criar uma cumplicidade com os mais jovens, valorizando e promovendo a busca da autonomia como uma aventura existencial íntima, do pensamento e do conhecimento, e não como uma proposta condicionada, subliminarmente, pela lógica mercantil.

A recuperação do papel da escola está relacionada à capacidade que tiver de converter-se num espaço privilegiado para garantir às novas gerações os conhecimentos e as habilidades indispensáveis, para que se comuniquem com autonomia e autenticidade. A partir de uma pedagogia problematizadora, partimos do princípio de que a leitura da mídia será mais eficiente, caso os jovens tenham garantida a capacidade de analisar suas próprias formas de comunicação e as maneiras de se comunicar adotadas e privilegiadas pela escola.

Esse é o caminho sugerido pela reflexão que propõe aprofundar a interface entre educação e comunicação, na perspectiva de recriar a cumplicidade da escola com o seu público.

O Professor Ismar de Oliveira Soares, coordenador do Núcleo de Comunicação e Educação/NCE, da Universidade de São Paulo, e um dos principais estudiosos do assunto, define a *Comunicação e o Uso de Mídias* na escola com um termo, a “Educomunicação”, que absorve seus fundamentos dos tradicionais campos da educação, da comunicação e de outros campos das ciências sociais, superando, desta forma, as barreiras epistemológicas impostas pela visão iluminista e funcionalista de relações sociais que mantêm os tradicionais campos do saber isolados e incomunicáveis.

Historicamente, algumas linhas de estudo dentro do uso de mídias na escola têm se destacado. No artigo “Caminhos da Educomunicação”, o Prof. Ismar de Oliveira Soares defende que o novo campo acontece, a partir de ações conjuntas em diferentes áreas, ganhando a dimensão de um movimento que caminha sintonizado em torno de uma ideia básica: possibilitar o conhecimento sobre a sociedade midiática, mediante o exercício do uso de seus recursos, sempre numa perspectiva participativa e integradora dos interesses da vida na comunidade. Registra, desta forma, as seguintes áreas:

– **Área da “mediação tecnológica na educação” (*information literacy*):** área relativa à incidência das inovações tecnológicas no cotidiano das pessoas, assim como o uso das ferramentas da informação nos processos educativos, seja os presenciais ou a distância. A reflexão, aqui, deve ultrapassar a abordagem instrumentalista do uso das tecnologias, considerando as influências sociais e comportamentais das mídias tradicionais e, também, das novas mídias, bem como a apropriação das tecnologias pelo conjunto da comunidade educativa, superando, desta forma, uma visão restrita, que coloca as novas ferramentas da informação como instrumentos performáticos a serviço apenas dos docentes.

– **Área da “educação para a comunicação” (*media literacy*):** também conhecida como educação para os meios, diz respeito aos “estudos da recepção” e volta-se para as reflexões em torno da relação entre elementos do processo de comunicação (relação entre os produtores, o processo produtivo e a recepção das mensagens, por exemplo). Tem como meta a implementação de ações regulares, integradas aos currículos – quando é promovida numa escola – que facilite aos alunos o entendimento de como se processa a comunicação, detectando os compromissos que o sistema midiático tem com a sociedade que os consome. A melhor forma de promover a educação para a comunicação é a própria produção midiática grupal e coletiva na escola e a sua autoanálise. O fato ajuda a consolidar critérios de leitura crítica das próprias ações comunicativas (o quanto o grupo foi verdadeiro? o quanto foi ético? esteve comprometido com sua comunidade? ouviu todas as partes interessadas?) úteis na análise da comunicação de terceiros (como os meios de comunicação).

– **Área da expressão comunicativa através da produção estética:** é pela arte, em suas inúmeras formas (dança, música, teatro, desenho, etc.) que a emotividade e as diferentes inteligências têm condições de desenvolver-se de forma harmônica e criativa. O público reconhece como artísticas as produções dos meios de comunicação. Oferecer às crianças, adolescentes e jovens condições de produzir mídia (desde as impressas às audiovisuais e digitais) é permitir que despertem neles a vocação para o exercício da comunicação humana, tirando-os do isolamento e lançando-os no diálogo com seus semelhantes em torno do belo e do construtivo.

– **Área da gestão comunicativa:** trata-se de um campo voltado para o planejamento e a execução de políticas de comunicação educativa. As práticas da gestão comunicativa buscam convergências de ações, sincronizadas em torno de um objetivo: ampliar o coeficiente comunicativo das ações humanas, como a ampliação dos espaços de expressão. No caso, pela gestão comunicativa, busca-se garantir os recursos e disponibilizar formação para que as três áreas descritas (*mediação tecnológica na educação, educação para a comunicação e expressão comunicativa através da produção estética*) possam, efetivamente, ser integradas ao cotidiano da escola, ampliando as formas de expressão de todos os membros da comunidade, incluindo os professores, os alunos e, em muitos casos, os membros da comunidade do entorno.

No bojo das quatro abordagens, citadas acima, trataremos aqui da *Comunicação e Uso de Mídias*, sobretudo, como o conjunto de processos que promovem a formação de cidadãos participativos política e socialmente, que interajam na sociedade da informação, na condição de emissores e, não apenas, consumidores de mensagens, garantindo assim seu Direito à Comunicação.

Há inúmeras práticas, hoje, sobretudo, financiadas pelo *marketing* de grandes empresas de comunicação ou de tecnologia, que envolvem o trabalho de comunicação meramente como um “fetiche” pela própria tecnologia ou como produção de conteúdo “barata” para veículos de comunicação; são programas que, por exemplo, estimulam o uso de uma câmera filmadora digital por crianças, ou, em outros casos, a produção de conteúdo de acordo com linhas editoriais pré-definidas. Tais práticas não se encaixam com a proposta aqui apresentada, porque não têm seu foco no desenvolvimento da autonomia do estudante, e sim, na difusão da marca patrocinadora ou na cooptação de um novo público-alvo consumidor de determinada publicação. Trata-se de uma sofisticação da visão tradicional do *marketing* que não agrega nada de educativo.

Nas últimas décadas, a comunicação e o uso de mídias na escola vêm se tornando importante em todos os lugares do mundo, no sentido cidadão de enfrentar a realidade de como as crianças, adolescentes e jovens leem o mundo pela ótica dos veículos de comunicação aos quais estão submetidos durante horas do seu dia.

Vamos, aqui, tratar desse uso de mídias no bojo da Educomunicação, citada anteriormente, que tem sua origem ligada à UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) e, também, a pesquisadores latino-americanos, designando as práticas pedagógicas ligadas à formação dos indivíduos, frente à manipulação da mídia de massa, utilizando-se sempre do referencial acadêmico disponível nas diversas épocas e contextos sociais, ou seja, não é uma metodologia fechada: mas um conjunto delas, que têm como objetivo, a independência e a autonomia de crianças, adolescentes e jovens perante uma comunicação globalizada e pasteurizada.

Estudantes podem utilizar-se da Rádio de uma escola como voz de seus anseios e prática de expressão verbal; o jornal do grêmio estudantil tem potencial de divertir e educar, simultaneamente, se feito pelos alunos; a produção de vídeo, como documentários, por exemplo, torna crianças, adolescentes e jovens mais críticos ao assistirem televisão, pois viveram a experiência de produzir aquela mídia e conhecem melhor seu potencial. A fotografia é a base de uma sociedade imagética na qual os estudantes estão inseridos; trabalhar esses símbolos e suas “gramáticas” significa instrumentalizá-los para a leitura do mundo. Os quadrinhos, uma linguagem totalmente *atenada* à velocidade de absorção de conteúdo desta geração, têm potencial de re-significar a linearidade da estrutura narrativa e adequá-la à maneira com que crianças, adolescentes e jovens se relacionam, hoje, com essa estrutura.

No Brasil, historicamente, as práticas educomunicativas estão vinculadas às propostas de comunicação alternativa e popular das décadas de 1950 e 1960 e aos projetos de resistência

cultural dos anos 1970 e 1980. Alguns deles vinculados a organizações católicas de comunicação e movimentos sindicais. As comunidades eclesiais de base da Igreja Católica utilizavam a produção de jornais feitos por jovens como voz e expressão dessa parcela de seguidores, em meados do século passado, por exemplo; a rádio foi instrumento de expressão e alfabetização de adultos nos anos 1960. Esses projetos mantêm-se, até hoje, articulados, envolvendo universidades, centros de educação popular e organizações não governamentais, buscando referenciais teóricos e metodológicos comuns.

As organizações não governamentais têm sido junto às universidades atores fundamentais no desenvolvimento das práticas da comunicação e uso de mídias na escola. O conhecimento empírico e tácito produzido por elas têm servido de material, para que a academia sistematize o conhecimento e aprofunde o campo. Um grupo pioneiro dessas organizações reuniu-se, em 2006, como uma rede, com o objetivo de reforçar o tema, sistematizar as experiências e articular políticas públicas acerca da Educomunicação – a Rede CEP – Rede de Comunicação, Educação e Participação.

CARACTERÍSTICAS E DESAFIOS DA COMUNICAÇÃO E USO DE MÍDIAS

Uma análise mais próxima das experiências de comunicação e uso de mídias bem sucedidas em escolas e comunidades prova que os jornais, a rádio, o vídeo, a fotografia e os quadrinhos produzidos por estudantes, de todo o Brasil, trazem, no âmago do processo, um fazer interdisciplinar e integrador de tempos e espaços, como, justamente, propõe o *Mais Educação*.

Este caderno possibilita que cada uma das linguagens utilizadas nessas mídias abra um espaço para o trabalho. Em jornais, há a possibilidade do exercício do texto escrito, que pode ser integrado com uma oficina de produção de quadrinhos, por exemplo, onde a imagem passa, também, a ter um valor na comunicação. O vídeo possibilita a desconstrução e a recriação da linguagem da televisão, tão presente na vida dos estudantes. O rádio exercita a linguagem oral e a capacidade de expressão dos educandos. A fotografia, que traz em si o DNA de toda a leitura imagética da sociedade, por meio da mídia, estará presente em todas as possibilidades de construções conjuntas de comunicação – mas tem valor, por si só, como uma expressão dos educandos.

Além disso, esses produtos têm potencial de se tornarem parte de um sistema de comunicação entre estudantes, professores, diretores e comunidade escolar, portanto, carregam o potencial de instigar diálogos para a construção de um projeto político-pedagógico rico e alinhado às características de uma escola que tenha importância na vida de seus estudantes e da comunidade. Para tanto, carregam desafios que devem ser vencidos na sua elaboração e no dia-a-dia do trabalho

INTERDISCIPLINARIDADE E SABERES POPULARES

Talvez, o desafio mais antigo da educação formal seja desengavetar as disciplinas estanques e tornar o conhecimento integrado a uma realidade. Em termos de políticas públicas, o modelo tradicional de currículo vem sendo discutido e flexibilizado por diretrizes nacionais como os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) e pela própria LDB nº9394 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), que abre espaço para atividades interdisciplinares.

No entanto, esses marcos regulatórios nacionais encontram dificuldade de ser aplicados na ponta, ou seja, nas escolas, por diversos motivos. Entre eles estão a formação docente inadequada a essas práticas (a Universidade, muitas vezes, forma profissionais para o trabalho com o modelo tradicional), as expectativas da sociedade e da família do que seja uma escola de qualidade (ainda presa ao currículo tradicional e apenas à absorção de conteúdo) e as demandas e expectativas

dos exames nacionais, que, ainda, estão presos aos conteúdos e não às habilidades ou outras competências (embora, recentemente, o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) tenha se apresentado como um grande flexibilizador da questão).

Nesse cenário, soma-se, ainda, a não integração dos saberes comunitários, juvenis e populares à matriz da educação escolar. A escola se coloca, ainda hoje, muitas vezes, como templo único e absoluto do saber, numa sociedade onde a informação corre por todos os lados e nem pergunta se queremos ou não recebê-la.

Embora não tenha o objetivo de solucionar todas as questões da educação brasileira, o *Mais Educação*, por meio da *Comunicação e Uso de Mídias*, é um instrumento importante de flexibilização do currículo e de capilarização de uma proposta interdisciplinar. A verdadeira transformação e diferença que a *Comunicação e Uso de Mídias* pode fazer no ensino-aprendizagem é se essas tiverem na sua essência esse fazer; trata-se do grande diferencial dessas práticas.

Uma das primeiras percepções na produção de comunicação é a de que um jornal, vídeo, rádio, fotografia e quadrinhos são, por natureza, produtos interdisciplinares, ou seja, exigem a aplicação de múltiplos saberes acadêmicos na sua elaboração. A produção em comunicação é entendida, no contexto da Educomunicação, como uma prática estudantil/escolar, que respeita a autonomia dos estudantes e que deve envolver as mais diversas disciplinas. O trabalho em grupo, com o monitor que auxilia o processo, vai exigir pesquisa e esforço dos estudantes com relação ao conteúdo escolar.

A Matemática e a Geometria, por exemplo, são fundamentais na diagramação de um jornal. Já, a Redação e a Língua Portuguesa serão utilizadas em qualquer tipo de mídia proposta, pois estão ligadas à expressão. Por outro lado, os conhecimentos políticos e econômicos locais (comunitários) são temas importantes, para serem trazidos para debate e podem acabar tornando-se assunto dos veículos trabalhados.

Os saberes comunitários e estudantis têm, também, espaço nessa construção. As redes que constituem esses saberes (como no caderno Rede de Saberes, da série Mais Educação, MEC, 2009) são fundamentais, inclusive, como forma de o educando reconhecer-se no processo. A agenda da criança e do jovem deve ser a linha mestra do jornal, revista, rádio ou vídeo produzido; o potencial da comunidade torna-se visível e ativo no conteúdo proposto e discutido.

A integração dos saberes acadêmicos, comunitários e estudantis facilita, para que a escola torne-se articuladora de uma comunidade de aprendizagem, isto é “uma comunidade humana organizada que constrói um projeto educativo e cultural próprio para educar a si própria, suas crianças, seus jovens e adultos” (Texto-referência do *Programa Mais Educação*, p. 27, MEC – Brasília, 2009).

LEITURA E ESCRITA: O PAPEL SOCIAL

O *Programa Mais Educação* coloca ênfase, também, na leitura, escrita e livre discussão como forma de dar novo significado aos espaços sociais onde as pessoas exercem sua cidadania. A garantia de acesso aos veículos de comunicação, ao domínio de diferentes linguagens e à produção de comunicação, como forma de participação democrática são elementos fundamentais do programa do MEC e, também, atividades centrais das práticas educomunicativas.

O exercício da leitura crítica da mídia de massa é um dos pressupostos, para que o jornal, revista, quadrinhos, vídeo ou rádio produzidos por crianças, adolescentes e jovens tenha de fato um caráter autêntico e inovador nos programas de *Comunicação e Uso de Mídias*. É preciso antes de qualquer

esforço para produzir comunicação, conhecer e analisar o sistema midiático de massa que, hoje, é ainda dominante. Isso significa entender, profundamente, as relações comerciais dos veículos e o papel importante que eles exercem na construção de valores pessoais e sociais. Cabe ao educador fornecer acesso a este material, seja ele impresso ou digital na internet e instigar uma discussão.

Afinal, o papel da mídia na construção de uma identidade cultural única é notório. A mídia é, atualmente, o prisma sobre o qual uma cultura global dominante impõe-se sobre culturas regionais e sobre o qual os sujeitos em formação, crianças e jovens, começam a alicerçar sua identidade e sua visão de mundo. Trata-se de desconstruir o conceito de uma cultura única e imutável, passado pela mídia e começar a comunicar a cultura própria e viva daquela comunidade.

Após a leitura e análise das diferentes mídias, a ênfase da Educomunicação é a produção e, sobretudo, a veiculação, do material feito pelos estudantes. Trata-se de uma comunicação autêntica dos educandos. Nos jornais, *fanzines*, rádios, vídeos ou quadrinhos, o estudante é instigado a produzir uma comunicação que faça sentido a ele e sua comunidade; temas que gerem discussão e pautem debates sobre soluções e problemas comunitários ou relativos às questões da juventude em si, como a sexualidade e outros existenciais.

Torna-se aconselhável, portanto, que outros cadernos do *Programa Mais Educação* sejam utilizados, para que esse debate e trabalho sobre os temas da comunidade sejam melhor explorados. Temas, tais como, Direitos Humanos e Saúde podem ser abordados com auxílio dos cadernos *Direitos Humanos* e *Promoção da Saúde* respectivamente.

O uso da língua e da expressão, no processo, é fundamental, para que a mensagem seja compreendida pelo receptor (público-alvo da mídia em questão) e o produto de comunicação seja, de fato, eficiente. Trata-se de um exercício constante de pesquisa de linguagem e de uso social da escrita. A preocupação “em ser compreendido” faz da comunicação uma prática de uso cotidiano da língua e do jornal produzido, sendo uma ferramenta importante de cidadania (vale uma leitura do Caderno Letramento).

Os educandos tendem a perceber que é, a partir da mudança e leitura de mundo locais, que são construídas as leituras e as mudanças globais, e que é possível elaborar um novo, transformador e autêntico tipo de comunicação.

VOZ DOS ESTUDANTES

A autonomia, o protagonismo e o empreendedorismo juvenil são elementos essenciais estimulados pela produção coletiva de comunicação. Trata-se de um tempo e espaço raros onde a criança, o adolescente e o jovem podem exercer livremente sua criatividade e expressar seus anseios. Ele busca sua pauta, pesquisa, escreve, analisa e opina com o suporte do ambiente escolar, mas não subordinado a ele.

A voz dos estudantes, comunicação autêntica explícita nos produtos desenvolvidos, deve ocasionar um impacto significativo no ambiente escolar, gerando até possíveis tensões que, se trabalhadas de forma adequada por educadores e gestores, tendem a resultar em uma esfera positiva de resolução de conflitos.

Afinal, trata-se de uma conquista, também política, dos estudantes que agora têm seu próprio veículo de comunicação, com regras, condução, pauta e reportagens organizadas por eles mesmos, de acordo com seus interesses. Por isso, torna-se importante a construção coletiva e a negociação com todas as esferas da escola de um veículo que tenha independência e autonomia no seu processo de elaboração e na sua veiculação/publicação.

Esse processo de elaboração do produto de comunicação (com a participação de um monitor), bem como a posterior negociação para a publicação do jornal (ou veiculação do programa de rádio ou vídeo), coloca, inicialmente, no mesmo patamar de debate e liberdade de opinião, educadores, educandos e gestores. A importância prática desse processo é a de que o trabalho em grupo entre alunos, e também a relação entre educador e educando, ganharão novos papéis.

Salienta-se, que, seja na negociação de pautas e publicações, ou mesmo na interação entre monitores e estudantes nas diversas etapas do “fazer” comunicação, os processos educacionais aproximam educadores e educandos na conversa e acabam por desmitificar a figura dos educadores como únicos detentores de saber. O que, de início, pode tornar-se um foco forte de tensão, pode acabar com o tempo por redesenhar, de forma mais adequada, as maneiras de construção dessas relações.

Trata-se de uma desconstrução das relações de poder e da criação de novos espaços dialógicos dentro da escola. Essa é a principal diferença entre o processo de construção de um jornal, que tem influência direta de adultos (inclusive, nas tomadas de decisão) e a produção, aqui proposta, que implica, necessariamente, na pró-atividade e direito da criança, adolescente e jovem em comunicar-se (adentraremos, especificamente, nas garantias de direitos).

Isso retoma o papel da escola no caráter, verdadeiramente, construtor de conhecimento: educador e educando desenvolverão novos processos de ensino aprendizagem, distintos da chamada “educação bancária” apontada por Paulo Freire (1979), quando o educador deposita num caminho de “mão única” o conhecimento no aluno, como uma moeda em um cofre.

Um ponto de trabalho, que tende a tencionar, ainda mais, essa questão, acaba sendo o uso das chamadas novas tecnologias. É notável como as gerações mais novas parecem nascer, de fato, conectadas ao trabalho com computadores e acesso à internet, além de outros aparatos. Lidam com todos eles, com a mesma facilidade que os mais velhos têm de abrir um livro.

Num trabalho intergeracional como este, entre educador e educando, há, notadamente, relações diferentes entre essas tecnologias e os diferentes públicos, este é um dos aspectos centrais e um dos desafios conceituais da educação citados no início do capítulo (*information literacy*). A troca de conhecimento entre atores do processo educativo, de diversas idades, principalmente, no que tange ao aspecto tecnológico, pode resultar em uma enriquecedora experiência mútua, caso educador e educando estejam, suficientemente preparados, para encarar uma experiência de diálogo diferente daquela que ocorre na sala de aula.

Por outro lado, os estudantes têm que, necessariamente, dividir papéis de trabalho, como fotografia, texto, edição, revisão, entrevistas, valorizando, assim, a importante tarefa de construir conjuntamente. Nesse trabalho, reforçam ou questionam os conhecimentos recebidos na escola ou pelos meios de comunicação. Essa é outra característica desse novo espaço dialógico surgido na escola: a relação que estudantes têm com seus pares.

Como foi mencionado, na segunda parte deste caderno, a antropóloga norte-americana Margareth Mead (1971) chama a atenção para o fato de vivermos uma cultura chamada por ela de pós-figurativa, ou seja, o modelo de comportamento dos jovens está cada vez mais ligado ao comportamento de seus pares. Isso acontece, segundo ela, especialmente, após o advento da televisão e sua influência na sociedade. Um exemplo típico dessa conduta é o comportamento do jovem com relação às drogas e à sexualidade, muitas vezes, pautado mais pela atitude de outros jovens do que por seus pais ou avôs.

Trata-se de uma oportunidade democrática e salutar, para que essa transmissão de conhecimento encontre reverberação e sintonia naquele que fez parte da mesma geração de quem

aprende – uma transmissão horizontal. Essa forma de se relacionar ou educar-se é conhecida, desde o início do século XVIII, como “educação entre pares”.

Com todas essas transformações, o ambiente escolar não ficará imune. Um objetivo almejado pelas práticas do *Mais Educação* é a construção de uma gestão democrática na escola, uma gestão, sobretudo, com maior participação dos alunos nas questões escolares. Um produto de comunicação com a voz dos estudantes, circulando em um ambiente onde “as outras comunicações” (podemos considerar a carta de diretores, murais e outras formas de comunicação presentes, previamente, na escola) não consideravam esse público, tende a causar impacto considerável na própria gestão escolar, muitas vezes positivo.

Esta teia de comunicação presente na escola foi definida como um “ecossistema comunicativo” pelo pesquisador colombiano Jesus Martin-Barbero, um dos mais importantes estudiosos da comunicação e da cultura na América Latina e reiterada pelo professor Ismar de Oliveira Soares, da Universidade de São Paulo (USP).

Martin-Barbero compara esse sistema de comunicações ao conceito biológico de ecossistema, ou seja, as comunicações entre os agentes, que interferem em determinado ambiente, estão todas interligadas, como nas teias alimentares, e são fundamentais para a manutenção da vida naquele ambiente; há ecossistemas mais ricos, outros mais pobres.

Quando um jornal escolar é publicado, uma rádio entra no ar, ou um *blog* sobe na internet, essas novas mídias passam a fazer parte deste ecossistema educomunicativo da escola e a interferir, diretamente, na vida daquele *locus*.

O resultado desse impacto das gestões democráticas em algumas escolas foi medido, por vezes, pelo estudo Aprova Brasil, uma parceria do MEC (Ministério da Educação) com o UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância). Dentre as escolas com nota um pouco acima da média na avaliação Prova Brasil, algumas adotavam medidas educativas que tinham impacto na gestão escolar (como a comunicação e o uso de mídias). Essas medidas ajudaram a escola a ter uma gestão mais próxima da comunidade, melhoraram a qualidade da educação e o desempenho em avaliações programadas locais e federais. A comunicação e uso de mídia na escola foi assim reconhecida por especialistas como uma boa prática na melhoria da gestão e qualidade escolares.

Temos que ressaltar, aqui, uma das premissas do *Mais Educação* de que a escola é um dos *locus* sociais em que a democracia e os direitos humanos devem ser resguardados pelo Estado e pela sociedade civil. Uma gestão mais participativa é um passo importante na garantia desses direitos.

O alcance desse ecossistema comunicativo pode fazer com que os impactos dos processos educomunicativos não sejam sentidos somente na escola. Por fazer parte importante de uma rede de espaços sociais que constrói saberes (a comunidade), os produtos dos estudantes feitos na escola têm o potencial de interligar, por meio dos assuntos abordados, diversas esferas da região, tornando-as um sistema educativo ou uma comunidade de aprendizagem, como define o próprio *Mais Educação*.

O jornal escolar pode abordar as questões mais relevantes para a comunidade e seus personagens e relativas preocupações, problemas e soluções. Por meio da produção de mídia, a comunidade tem a possibilidade de enxergar seus anseios pela voz de seus próprios estudantes/moradores e, assim, estreitar seus laços com a escola. Esse envolvimento vem se mostrando cada vez mais importante para uma educação de qualidade.

A proposta da integralidade de educação em tempo e espaço, base da elaboração do *Mais Educação*, e os objetivos dos projetos educacionais de uso de mídia na escola, aqui expostos, ressaltam a necessidade de “cuidado” com as crianças, os adolescentes e os jovens no espaço escolar, perante os riscos sociais, sem cair na armadilha das atividades assistencialistas. Ela reconhece que os estudantes são sujeitos de vivências que requerem respeito e que o *locus* escolar é um espaço que deve promover essas características.

Por conta disso, a proposta educacional está calcada, firmemente, no que já foi citado, como a “voz dos estudantes”, ou seja, na criação de novos espaços dialógicos horizontais e ecossistemas comunicativos. A construção de autonomia e estímulo ao protagonismo desses estudantes nesses novos espaços constitui um sistema de garantia de direitos.

No campo político, os direitos necessitam, necessariamente, de instrumentos para serem viabilizados e assim garantidos na sociedade; em outras palavras, ganharem capilaridade e concretude desde sua origem em leis e cartas de princípios. Inicialmente, a Educação diz respeito, diretamente, ao direito à comunicação, uma conquista constitucional, fruto da Convenção Mundial dos Direitos Humanos de 1959. As crianças e adolescentes têm proteção especial; seus direitos à livre expressão figura como artigo do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990.

O direito à comunicação é um dos pilares centrais de uma sociedade democrática: todas as pessoas devem ter voz e com ela se expressar livremente. O acesso aos veículos de comunicação, à produção e à veiculação de informações faz parte dessa garantia – passando pela importante construção da autonomia perante os veículos existentes e dominantes.

As práticas educacionais trazem no seu bojo instrumentos para a promoção desses direitos. Por exemplo, garantindo aos estudantes o livre acesso à informação e às Tecnologias de Comunicação e Informação, sua contextualização e análise, e também sua produção crítica e independente.

Por meio das reportagens e artigos produzidos pelos estudantes, há também a promoção de outros direitos. Alguns exemplos de mobilização, nesse sentido, são a produção de jornais e rádios escolares na região pertencente ao semiárido brasileiro, que abordaram a desertificação como tema (suas causas e consequências), a segurança da comunidade escolar discutida pela rádio dos estudantes, ou mesmo os assuntos de sexualidade e saúde pública trabalhados em um Vídeo ou História em Quadrinhos.

Discutir Direitos Humanos, durante o processo de produção dessas pautas, é uma maneira de fazer com que os estudantes percebam que fazem parte dessa história: têm papel na manutenção da garantia e, ao mesmo tempo, estão assegurados por eles.

Além disso, uma das principais riquezas das mídias produzidas por jovens é refletir que aquela escola e comunidade não são feitas de pessoas e pensamentos uniformes. A diversidade (de gêneros, posições políticas, preferências e opiniões diversas) presente na escola deve ser valorizada nos processos educacionais. O papel dessa formação ética, como o reconhecimento e afirmação de diferenças, é outro diálogo possível entre as práticas educacionais e a garantia dos Direitos Humanos.

As mídias escolares são uma tradição educativa nascida durante essa revolução pedagógica que foi a Escola Nova – também chamada de Escola Ativa. Os pensadores que construíram essa nova perspectiva constataram que a aprendizagem é um processo que não acontece de fora (o meio, o professor) para dentro (o aluno), mas o inverso. Trata-se de uma revolução copernicana, pois inverte a proposição que sustentava a educação, até então; daí uma crítica radical à escola tradicional.

A Escola Nova propõe aos alunos atividades diversas – intelectuais, artísticas, físicas, trabalhos manuais – prefigurando o que, hoje, chamamos de educação integral. É dentro dessa perspectiva que aparecem nas escolas as quais aderem a esse movimento, desde o início do século XX, dispositivos de impressão tipográfica (nessa tecnologia, os textos são compostos letra por letra, o que agregava ao trabalho manual a possibilidade de ensinar a língua) e inicia a produção de impressos escolares.

O educador francês Célestin Freinet (1896-1966) introduziu na sua prática a técnica da impressão, em 1924, quando seus alunos passaram a produzir textos compostos por eles mesmos, enviando esses textos para outras escolas. A importância de Freinet na história das mídias escolares não está em ter sido um precursor – não o foi, como vimos – mas no fato de ter feito do jornal um ponto de “concentração” e a síntese de uma proposta pedagógica inspirada nos princípios da Escola Nova. Não há em Freinet o menor traço de uma perspectiva instrumental ou funcionalista do jornal (mídia) escolar, que foque em algum aspecto parcial, como o rendimento escolar ou o domínio de tecnologias, por exemplo. Sua visão parte de uma concepção integral da criança e conclui na formulação de um pensamento que pode ser considerado como precursor de uma visão integral da educação. O texto que segue se inspira, largamente, em Freinet.

A adjetivação “escolar” (jornal escolar, rádio escolar, etc.) é hoje utilizada para designar iniciativas com finalidades e características diversas, nem sempre compatíveis com essa visão. Equívocos podem nascer dessa confusão semântica, colocando em xeque a proposta educativa. Vejamos, então, no início desta reflexão, para construir o Projeto Pedagógico da mídia escolar, as três perspectivas diferentes que acabaram recebendo o mesmo nome, por força do costume.

Na primeira perspectiva, que chamaremos de *Mídias da Escola* (jornal da escola, rádio da escola etc.) o objetivo principal é a comunicação institucional. As mídias construídas, nessa perspectiva, veiculam informações consideradas pertinentes para a comunidade escolar e procuram valorizar o trabalho da instituição. Essas características fazem com que elas sejam vulneráveis ao uso promocional – uma vontade de mostrar “tudo bonito”. Importa que o acabamento seja da melhor qualidade, não sendo raro o caso das escolas contratarem serviços de profissionais da comunicação para dar conta dessa exigência. A divulgação das produções de alunos em este tipo de mídia é frequentemente funcional a essa intenção promocional – o critério de seleção passa a ser: “mostremos o que temos de melhor”.

As *Mídias Estudantis* constituem uma segunda categoria de mídias feitas na escola. São produzidas autonomamente pelos estudantes, como o seu nome indica, através das múltiplas possibilidades em que isto pode acontecer (Grêmios, Clube do Jornal, grupos culturais, etc.). A mídia estudantil, a rigor, prescinde da participação dos professores como animadores (não como colaboradores, se os estudantes solicitarem), pois quem edita a publicação são os próprios adolescentes. Do ponto de vista da reflexão educativa, a mídia estudantil faz parte, tanto do campo da Educomunicação, quanto da pedagogia do protagonismo juvenil.

As *Mídias Escolares* (jornal escolar, rádio escolar) são uma proposta que difere das duas anteriores, pois elas não têm como objetivo a divulgação institucional nem são iniciativa autônoma dos alunos. As *Mídias Escolares* têm como diretriz o Projeto Político-Pedagógico da escola, sendo uma ferramenta de sua proposta educativa. Conseqüentemente, todo o processo está focado na aprendizagem do aluno e tem, necessariamente, a mediação de um educador. Este é o legado de Freinet e a perspectiva do *Programa Mais Educação*, dentro da qual, construímos os aconselhamentos que seguem.

QUESTÕES CRUCIAIS PARA O PROJETO PEDAGÓGICO

Daremos, a seguir, algumas indicações universais – isto é, aplicáveis a qualquer mídia escolar – para a obtenção de melhores resultados dentro de um projeto pedagógico inspirado nos referenciais mencionados anteriormente. Faremos isso através da abordagem das três principais questões práticas postas aos educadores que acompanham projetos de mídias escolares: como escolher os conteúdos, como aprimorar os conteúdos e como selecionar os conteúdos.

A. Como escolher os conteúdos

Qual é o conteúdo da mídia escolar? O que vamos colocar no jornal ou veicular através da rádio ou dos vídeos? Eis um primeiro tema de reflexão para os educadores que participam do *Programa Mais Educação*.

O potencial renovador da produção de mídia na escola desapareceria por completo se os conteúdos fossem determinados pela tradição da redação escolar, onde o professor escolhe o tema sobre o qual irá trabalhar e o aluno tem de se adaptar a uma diretriz que não necessariamente reflete seus interesses e sua vida.

Como foi visto, na apresentação dos fundamentos da Educomunicação, a mídia escolar tem como objetivo principal permitir a expressão dos autores. O direito à palavra e à expressão conflui com os objetivos da educação integral no que diz respeito à promoção da cidadania e da participação dos alunos.

Na definição dos conteúdos da mídia, o educador tem algumas opções:

– *Conteúdo livre*

É um enfoque que respeita os interesses dos alunos, pois cada um faz sua produção (texto, programação musical, roteiro, fotografia), segundo seus interesses e objetivos.

– *Conteúdo livre dentro de gêneros pré-definidos*

O educador determina o gênero (por exemplo: artigo de opinião, retrato, documentário), ficando os alunos livres para escolher o tema sobre o qual opinar, quem retratar, o tema do documentário, etc.

– *Conteúdo livre dentro de áreas temáticas*

Neste enfoque, há um direcionamento para uma determinada área temática. Para não cair na vala do “exercício escolar”, essa área deve ser suficientemente ampla para possibilitar diversas abordagens (exemplos: cultura na comunidade, papel da escola, aquecimento global, etc.). A escolha de uma área pré-definida deve ser problematizada junto com os alunos.

– *Conteúdo livre dentro de áreas temáticas e gêneros pré-definidos*

O quarto enfoque combina os dois anteriores. É o menos recomendável, pois aumenta o risco de

anular a liberdade de expressão do aluno, que fica preso a dois condicionantes externos (gênero e área temática). Cabe ao educador ficar atento a esse risco.

Algumas mídias, como jornal e a rádio escolar, permitem combinar alguns desses enfoques. Por exemplo, determinada parte do jornal ou da programação ficará disponível para textos/conteúdo livres, determinada parte terá orientação temática ou de gênero textual. Na sequência de produção, ao longo do ano, com qualquer mídia, o monitor pode também alterar várias das diversas possibilidades indicadas.

O respeito à liberdade de expressão dos alunos pode criar situações delicadas, quando eles focam em assuntos que a direção ou os professores prefeririam que não fossem abordados. O pior reflexo, nesses casos, é a censura, que destrói o próprio projeto de educação integral. Aconselha-se atuar, dentro do respeito à liberdade de expressão dos alunos, condicionada a algumas normas básicas, como a obrigação de “ouvir o outro lado”, e mesmo, dar Direito de Resposta. É claro que, em nenhuma hipótese, a liberdade de expressão pode ser entendida como direito a difamar, caluniar ou invadir a privacidade de outras pessoas.

B. Como aprimorar os conteúdos

A revisão e correção da produção do aluno são cruciais em dois aspectos.

- Não existe progressão, se a pessoa não trabalha para ampliar seus limites, revisando e aprimorando aquilo que já consegue fazer em determinado momento do seu desenvolvimento¹⁴.
- A escola não pode divulgar produções que tornem públicas as vulnerabilidades dos alunos, expondo-os a piadinhas e mesmo reprimendas. Isso seria um contrassenso no plano moral – expor uma pessoa a vexame – e no plano educativo, pois a produção de mídia escolar está fundamentada em uma Pedagogia do Sucesso, que enaltece as vitórias dos alunos (FREINET, 1974).

Assim, recomenda-se que o educador organize sequências didáticas, que permitam ao aluno realizar sucessivas revisões e correções de sua produção, com o objetivo de aprimorá-la.

É possível fazer autocorreção, revisão coletiva, revisão em pequenas turmas – nos dois últimos casos a participação dos pares é um valor agregado – ou em exercícios individuais com o monitor – útil para o trabalho com alunos que precisam de mais apoio. Cabe ao educador escolher e combinar essas possibilidades. O apoio do Coordenador do Mais Educação na escola, ou mesmo do Coordenador Pedagógico pode ser importante para orientar o monitor nessa revisão, caso este não tenha formação ou vivência neste campo. Lembramos que este é um aspecto crucial para que aconteça a aprendizagem.

É nesse trabalho de revisão que os conceitos vão sendo apropriados pelo aluno. O interesse do aluno por fazer rádio, jornal, vídeo ou qualquer outra mídia cria condições propícias para ele desenvolver o sentido do perfeccionismo e superar seus limites. O esforço de apropriação das normas da Língua Portuguesa, de princípios estéticos, da dicção correta e de tantos outros aspectos das competências comunicativas torna-se leve, pois ele passa a fazer sentido e estar vinculado à vida, ao *aqui-e-agora* do aluno.

¹⁴ O psicólogo russo Lev Vygotsky (1896-1934) definiu como Zona de Desenvolvimento Proximal a distância entre o nível de desenvolvimento real de uma pessoa (determinado pela capacidade de resolver um problema sem ajuda) e seu nível de desenvolvimento potencial. Para avançar na Zona de Desenvolvimento Proximal, é necessária a ajuda do educador.

É durante esse processo de revisões sucessivas, que se consolida a ideia da autoria e da obra – o texto, a fotografia, a seleção musical – como realização pessoal, mesmo inserida como contribuição em uma produção coletiva.

A revisão e a correção têm um limite infranqueável, que é o respeito das ideias e da capacidade de expressão do aluno. Não se trata de inventar uma capacidade de produção inexistente. O texto pode ser simples, o enquadramento da fotografia pode não ser genial. O importante é que expressem o máximo que o aluno pode dar, nesse momento, e que seja para ele uma conquista.

Por outro lado, é necessário fazer uma distinção entre imperfeição e erro. Uma produção pode não ser perfeita, mas não pode ter erros (gravar uma entrevista cortando a cabeça do entrevistado, por exemplo). Imperfeições podem ser aceitas, como limitação do momento da aprendizagem e capacidade expressiva do aluno, mas os erros não devem passar despercebidos.

Estas duas recomendações chamam uma apreciação subjetiva do educador. Todo cuidado é pouco!

C. Como selecionar os conteúdos

Frequentemente é difícil, senão impossível, divulgar a produção de todos os alunos na mídia escolar, ainda mais em programas como o *Programa Mais Educação*, onde há um grande número de alunos participantes. A dificuldade não é a mesma para todas as mídias; uma exposição de fotografias, um festival de vídeos ou um mural permitem divulgar um maior número de produções individuais do que um programa de rádio, um jornal ou uma revista de História em Quadrinhos (nestes últimos dois casos, dependendo do número de páginas das publicações, mas nunca é fácil valorizar a produção de 100 ou 150 alunos).

Como “ficar de fora” gera frustrações, e pode mesmo contrariar os propósitos educativos – que têm como base o uso e a circulação social das produções –, é preciso selecionar o que será aproveitado pela mídia escolar, o que é um ato bastante delicado.

De início, deve ficar claro que o caminho mais fácil – a seleção feita pelo próprio monitor ou um professor – é, também, o caminho menos produtivo. Com efeito, mesmo sendo uma seleção “justa”, perde-se um aspecto fundamental da produção da mídia na escola, que é o da cooperação, onde, após debate, e se for necessário, por votação, os alunos escolhem as produções que serão divulgadas (as quais, eventualmente, passam, ainda, por uma revisão e aprimoramento final).

Quando a edição é feita pelo educador, ou mesmo por um pequeno grupo de alunos (um aluno Diretor, um aluno Editor ou Chefe de Programação...), a mídia volta a se inserir na tradição verticalista da escola, perdendo boa parte de seu potencial transformador. A proposta da seleção cooperativa, ao contrário, abre um novo campo.

Nesta segunda via, de início, o educador deve esclarecer ao aluno sobre o problema confrontado: não há espaço para todas as produções e terá de haver seleção. Proponha aos alunos um Combinado, que poderia ter as seguintes cláusulas:

- todos os alunos terão chances iguais de divulgação;
- as produções serão escolhidas através de debate e votação dos alunos;
- os mesmos alunos não poderão ser sempre escolhidos;
- as produções escolhidas passarão por processo de aprimoramento, em que todos os alunos poderão fazer recomendações;
- o educador pode ter direito a uma quota de indicações, para garantir a divulgação de produções

que considere importantes (por exemplo, a produção de um aluno que precise reforçar sua autoestima, *porque está passando por um momento difícil na sua vida*).

COOPERAÇÃO É SOLUÇÃO

Para reduzir os problemas provocados pela necessidade de selecionar (portanto, excluir), uma recomendação é realizar produções cooperativas.

A cooperação pode ser mais ou menos completa. Na *Produção Coletiva*, todos os alunos participam de todas as etapas de determinada produção. Por exemplo, em se tratando de um artigo de jornal, o tema é escolhido de comum acordo e a redação e a ilustração são feitas em conjunto. O mesmo raciocínio vale para programas de rádio ou vídeos (produções que têm como base roteiros, que podem ser feitos cooperativamente, do mesmo modo que a edição, seleção musical, etc.). O grande desafio que se apresenta é manter a identidade individual, o que fica mais fácil se os grupos de trabalho forem pequenos (não mais de quatro ou cinco alunos).

O recurso da produção cooperativa só é válido se o monitor tiver condições de evitar a centralização, pois o excesso de vontade de liderar faz com que alguns alunos realizem o essencial das atividades, enquanto que a maioria fica quase na posição de observadores, sem aprendizagem. Também, pode acontecer de alguns alunos fazerem “corpo mole”, ficando com o crédito da atividade sem fazer nenhum esforço, o que constitui, inclusive, um desvio ético. Quanto maior for o grupo, maior o risco de esses problemas acontecerem.

Uma solução que apresenta menos dificuldades técnicas de animação é a *Divisão de Tarefas*. Um aluno fica encarregado do título ou do nome do programa, outro, do texto da vinheta ou do cabeçalho; um terceiro, da ilustração e ainda um outro faz o texto principal ou o roteiro. Aqui, a frustração do aluno pode vir do fato de não constituir o mesmo desafio nem gerar a mesma satisfação por produzir a vinheta introdutória ao invés do vídeo, do título da matéria, ou da matéria do jornal. O educador pode, porém, guiar a constituição dos grupos e a divisão de tarefas, para que estas sejam desafiadoras para todos, considerando o momento e a aprendizagem de cada um. Ele pode, na sucessão de produções, durante o ano, estabelecer um rodízio na distribuição de responsabilidade.

Autoria

O elogio de uma pessoa querida a um artigo publicado no jornal, a uma História em Quadrinho, uma fotografia na exposição ou no site, ou qualquer outra produção, pode fazer uma diferença em toda a história de aprendizagem do aluno. Para que isso possa acontecer, as produções devem ser assinadas com o nome, idade e ano que está cursando. Desse modo, estará também ensinando ao aluno algo importante do mundo da comunicação: a responsabilidade com o que se escreve e se diz.

A dicotomia mídia-produto (um vídeo já editado, um programa de rádio posto no ar, um jornal impresso) e mídia-processo (o percurso realizado pelo aluno e o professor no processo de produção) é uma das questões mais importantes na produção de mídias escolares.

Nas perspectivas instrumentalistas ou autoritárias, o comando passa por um determinado patamar de qualidade, ou mesmo uma intencionalidade comunicativa fixada de antemão. O processo é forçado a se adaptar a esse desejo pré-existente, o que provoca diversas distorções. É como se o professor, obrigado a apresentar redações escolares de qualidade à direção, fizesse por conta própria as correções necessárias, mesmo que o resultado final não tivesse relação com a capacidade de produção do aluno.

Na perspectiva freinetiana, o produto (a mídia produzida) expressa sempre o resultado de um processo de aprendizagem e a vivência dos alunos na sua produção. Nesse sentido, Freinet (1974) falava do jornal escolar como um “relatório vivo” da escola. O aluno produz mídia testando e ampliando, com ajuda do educador, os limites de seus conhecimentos. Daí que a mídia escolar aceita as imperfeições com naturalidade, pois ela é uma produção de uma pessoa em situação de formação.

O imperativo pedagógico de considerar o processo de produção da mídia escolar, como mais importante que o produto resultante, não significa, em hipótese nenhuma, que a mídia escolar deva se contentar em divulgar aquilo que o aluno é capaz de produzir de forma espontânea. Isso seria desconhecer o papel do educador como companheiro do aluno na exploração do conhecimento. Significa, também, ignorar a importância que a produção da mídia – portanto atuar na esfera pública – pode ter na vida das crianças e dos adolescentes, como estímulo para a aprendizagem.

Quando os alunos participam da produção de uma mídia, sabem que estarão se expondo, publicamente, para bem ou para mal. Para bem, se conseguirem mostrar uma boa produção e colherem elogios. Para mal, na situação contrária. Por outro lado, certamente, para a maioria, estar na mídia escolar é a primeira oportunidade de fazer ouvir sua voz em um espaço público. Muito humanamente, estarão propensos a dar o melhor de si e a fazer o esforço necessário para aprimorar sua obra pessoal. Seria imperdoável um educador não aproveitar esse momento para ajudá-lo a melhorar sua produção, respeitando sempre sua autoria e capacidade de expressão.

Devemos, para terminar este ponto do Caderno, considerar que uma mídia escolar não pode nem deve ter a pretensão de imitar as mídias comerciais. Não pode, porque as condições de produção são inteiramente diferentes. Não deve, porque a mídia escolar nasce de um processo de ensino e de aprendizagem que promove a criticidade dos alunos, respeita a expressão livre e assume as limitações resultantes do momento de aprendizagem de cada um (abordagens inexistentes nas empresas de mídia).

Além disso, é improvável que o leitor/espectador/ouvinte faça qualquer comparação. Como ponderava Freinet (1974), “o que os pais esperam do jornal escolar, não é tanto as notícias da região - que eles conhecem - mas os aspectos originais do trabalho dos seus filhos¹⁵”. Essa percepção afetiva, provocada pela participação de crianças e adolescentes, é reforçada pelo fato de a escola ser uma instituição sobre a qual, geralmente, existe um pensamento favorável na comunidade. Assim, o vínculo com os projetos e situações de aprendizagem, que estão acontecendo na escola, é determinante na recepção da mídia escolar.

15 FREINET, Célestin. O jornal escolar. Lisboa: Editorial Estampa, 1974, p. 110.

Terminemos, então, com uma citação de Freinet (1974) – tantas vezes e tão justamente citado neste texto. A citação refere-se ao jornal, mas é válida para qualquer mídia escolar:

“Os nossos jornais têm um aspecto especial, uma aparência de fraternidade que nasce da concepção pedagógica que preside à preparação e à escolha dos textos do material empregado. Como um e outro são originais e, portanto, diferentes da concepção e do material que definem a fórmula dos jornais a que estamos habituados, como são, por assim dizer, uma criação total, é natural que se apresentem ao leitor como uma realização que não se deve julgar a partir do que já existe, mas sim em função das concepções novas e dos objetivos que lhe são próprios. (...) Os nossos jornais não são imitações nem substitutos de jornais adultos. São uma produção original que tem a partir de agora as suas normas e as suas leis, que tem, é certo, as suas imperfeições, mas que apresenta também a vantagem histórica de abrir uma nova via de conhecimento da criança e da prática pedagógica de que o futuro mostrará a fecundidade.”¹⁶

6

Mídias Escolares

Neste Caderno, foram abordadas questões a ser consideradas para a definição do Projeto Pedagógico da mídia escolar. O leitor deve apropriar-se desse conteúdo antes de ler os textos que seguem, em que as diferentes mídias do caderno temático *Comunicação e Uso de Mídias* são apresentadas, do ponto de vista prático, como contribuição para o trabalho de monitores e outros educadores envolvidos nas oficinas temáticas.

No final do texto, são apresentadas algumas conexões possíveis entre as mídias escolares e as atividades dos outros temas do *Programa Mais Educação*.

JORNAL ESCOLAR

Conteúdos do jornal escolar

O jornal escolar pode acolher uma grande diversidade de textos, do gênero jornalístico (notícia, editorial, artigo de opinião, reportagem, carta do leitor...) ou não (poesia, contos, histórias de vida, adivinhas...). Ele pode publicar também desenhos, fotografias, mapas e infografias – representações visuais da informação, como quadros e gráficos.

Essa maleabilidade faz com que sejam inúmeras as possibilidades de vinculação do jornal com os conteúdos trabalhados em sala de aula e nas outras atividades do *Mais Educação*. Veremos, a seguir, na definição do projeto editorial, que esta característica pode ser explorada, abrindo espaço para a publicação de produções do “turno” e colaborações espontâneas de outros alunos.

Do ponto de vista temático, “o jornal escolar é um inquérito permanente que nos coloca à escuta do mundo e é uma janela ampla, aberta sobre o trabalho e a vida” (FREINET, 1974)¹⁷. Tudo tem espaço no jornal escolar, desde que seja compatível com a ética. A possibilidade de “dar voz”

¹⁶ FREINET, Célestin, op cit, p. 37.

¹⁷ FREINET, Célestin. O jornal escolar. Lisboa: Editorial Estampa, 1974, p. 83.

a todas as vozes que existem na escola é uma grande contribuição para a criação de um ambiente – um ecossistema comunicativo, diz a teoria da educomunicação – propício para o diálogo e o respeito mútuo; uma nova escola.

A elaboração de conteúdos, a partir da realidade de vida dos alunos, por sua vez, traz à tona a questão comunitária, gerando vínculos com as famílias e o bairro. Não é descabido pensar que o jornal, embora “escolar”, do ponto de vista da gestão do processo educativo, possa ser “popular”, do ponto de vista dos conteúdos, escolhidos com a intencionalidade política de empoderar a comunidade a que a escola pertence.

Gestão pedagógica

Do ponto de vista da organização das oficinas, o educador do *Mais Educação* pode optar por trabalhar um único gênero textual com todas as turmas, trabalhar um gênero textual diferente com cada uma delas ou permitir que cada aluno trabalhe o gênero textual que deseja.

Na ordem em que é apresentada, cada uma dessas opções supõe um grau crescente de dificuldade. A terceira alternativa só é recomendável para educadores com muita experiência, pois deverão fazer a gestão de muitas proposições de trabalho simultâneas; nessas condições conseguir uma aprendizagem para cada um dos autores torna-se difícil. A segunda opção apresenta uma dificuldade de organização do próprio educador, que deverá acompanhar o andamento de diversas sequências didáticas/turmas na mesma semana. A primeira opção – trabalhar um único gênero textual de cada vez, com todas as turmas – é a mais fácil, sendo, por isso, recomendada para os educadores com menos experiência.

Etapas na organização do jornal

- Definição do Projeto Editorial (ver a seguir);
- Escolha do nome (pode ser realizada pela equipe/alunos do *Mais Educação* ou por toda a escola);
- Produção do primeiro número;
- Diagramação eletrônica;
- Impressão;
- Distribuição;
- Avaliação;
- Produção do segundo número (inicia quando o primeiro número é enviado para a gráfica e é interrompido, momentaneamente, pela avaliação).

Momentos na produção de um número do jornal

- Definição do gênero textual;
- Problematização para escolha dos assuntos;
- Capacitação para o uso do gênero textual (pode acontecer em diversos momentos, fundamentando o processo de reescrita);
- Primeira escrita individual;
- Avaliação da primeira escrita (de preferência entre pares);
- Reescrita (avaliação e reescrita podem se repetir; pode haver um momento de reescrita coletiva);

- Seleção cooperativa dos textos a ser publicados;
- Ilustração;
- Pré-diagramação coletiva;
- Diagramação eletrônica;
- Avaliação do processo e do produto.

A problematização pedagógica relativa às diversas questões implícitas, nos roteiros acima, encontram-se neste Caderno, na parte *Projeto Pedagógico das Mídias Escolares*.

Definindo o Projeto Editorial do Jornal

O Projeto Pedagógico é formado pelo conjunto de posicionamentos e pontos de vista que garantem a coerência da proposta educacional. O Projeto Editorial constitui-se, a partir das definições sobre questões práticas, como periodicidade, tamanho, tipo de impressão, número de páginas, tiragem, forma de distribuição, dentre outras. O Projeto Editorial complementa o Projeto Pedagógico, pois as questões técnicas têm influência na inserção do jornal, e mesmo, no seu rendimento, como instrumento pedagógico, conforme será visto a seguir.

O seguinte roteiro de perguntas ajuda a tomar as decisões básicas relativas ao Projeto Editorial. Aconselha-se que, no momento inicial, a equipe, que refletir sobre o jornal, defina seu projeto pedagógico ideal, fazendo ajustes, no final, caso esse sonho não entre no orçamento.

1. O jornal só acolhe produções dos alunos do Mais Educação?

Uma das vantagens do jornal escolar, do ponto de vista prático, é permitir a participação de um grande número de alunos. Basta, para tanto, contar com a quantidade suficiente de páginas.

O jornal pode reservar um espaço para os alunos que não participam do *Mais Educação*, acolhendo produções espontâneas, realizadas por grupos organizados (Grêmios Estudantis, Grupo de Teatro) ou realizadas em sala de aula, em trabalho orientado pelos professores. Assim, o jornal realizado, dentro do *Programa Mais Educação*, passa a ser um fator de unidade na escola. Trata-se de um valor agregado muito importante.

2. A direção e os professores terão um espaço no jornal?

Na apresentação do Projeto Pedagógico, alertou-se sobre o desvio que acontece, quando a visão institucional da mídia sobrepõe-se à visão propriamente educativa. É, talvez, o maior risco que correm os projetos de mídia na escola. Porém, se a publicação tiver um número suficiente de páginas, é possível criar uma seção específica para a direção, e mesmo para os professores escreverem seus informes, sem prejuízo para a visão educativa do jornal.

Para manter o equilíbrio, recomenda-se não dedicar a este tipo de conteúdo mais de $\frac{1}{8}$ (um oitavo) da publicação, identificando, claramente, o espaço com um título como: Direção Informa, Notícias Escolares, ou similar.

3. Qual é a periodicidade do jornal?

Para produzir um do jornal há diversas etapas: escolha dos temas, produção dos textos – que tem vários momentos: pesquisa, produção inicial, revisão, reescrita – seleção das produções que serão publicadas, ilustração, pré-diagramação, diagramação eletrônica, impressão, distribuição

e avaliação. Por isso, recomenda-se trabalhar com a meta de uma edição do jornal, a cada dois meses ou a cada 45 dias, no máximo. As periodicidades menores impõem um ritmo de “correria”, nada benéfico para os resultados educativos.

EDITORIAL

É com muito prazer que retomamos a publicação do Fala Galera após as férias, com textos sobre assuntos variados produzidos pela equipe do jornal e colaborações enviadas por professores e outros alunos.

Neste número falamos sobre eventos importantes: a festa folclórica que acontecerá este mês e os resultados da campanha de vacinação contra a gripe H1N1, realizada pelo Posto de Saúde do bairro. Também trazemos opiniões de alunos e professores sobre a gravidez na adolescência.

Nosso jornal cumpre assim com a sua missão de levar informações interessantes para a comunidade escolar e também permitir o debate de temas importantes para os adolescentes.

A equipe do jornal

4. Quantas páginas são necessárias?

Idealmente, o jornal deveria publicar, pelo menos, um texto de cada aluno do *Mais Educação* a cada duas edições. Salienta-se que, em uma página A4, é possível inserir 10,5 textos do tamanho que consta no boxe (são 651 caracteres, mais título e assinatura, considerados como tamanho médio – alguns textos poderão ser maiores, outros menores; está impresso em Times New Roman 10, espaço entre linhas 12). Supondo, ainda, dentro do exemplo, que sejam publicadas ilustrações que ocupam 20% da página, a quantidade de textos, que cabem na página, reduz-se para 8,5.

Vamos considerar esse parâmetro (8,5 textos por página) para calcular quantas páginas são necessárias, para que todos os alunos do *Mais Educação* publiquem pelo menos um texto a cada duas edições.

Alunos	Páginas necessárias, para que todos publiquem a cada duas edições	Arredondando para múltiplo de 2 – impressão em folhas A4	Arredondando para múltiplo de 4 – impressão em folhas A3 (*)
80	4,5	4 ou 6	4 ou 8
120	7	8	8
160	9,5	10	12
200	12	12	12
240	14	14	16
280	16,6	16 ou 18	16 ou 20
320	19	20	20

(*) Uma folha A3, dobrada ao meio, forma uma brochura com duas folhas (= 4 páginas) A4. Por isso, quem imprime com esse tipo de papel usa múltiplos de quatro para calcular o número de páginas do jornal. Quem imprime com folhas A4 utiliza múltiplos de dois.

Observações:

- A fórmula aplicada é a seguinte: (número de alunos dividido por 2), dividido por 8,5.
- Fica evidente que, a partir de certa quantidade de alunos, a necessidade do trabalho coletivo impõe-se, para reduzir o número de textos a publicar.

5. Qual a tiragem do jornal?

Uma vantagem do jornal escolar é a facilidade de circulação. A única limitação nesse sentido está nos recursos para a impressão e a capacidade de distribuição.

Recomenda-se que o jornal seja distribuído em sala de aula, com um exemplar por aluno (fica bem fácil de organizar e se garante que todos os alunos recebam). Exemplares podem ser colocados, para retirada, em locais estratégicos da comunidade – cabeleireira, comércios, postos de saúde.

Pense também na possibilidade de trocar jornais com outras escolas do município, ou mesmo do Brasil. Essa é uma tradição no jornal escolar.

6. Qual a qualidade de impressão necessária?

A qualidade de impressão influi na percepção do jornal. Jornais com cópias apagadas tendem a ser desvalorizados, tanto pelos redatores como pelos leitores. O mesmo acontece com jornais compostos por folhas soltas ou grampeadas.

Isto quer dizer que é necessário imprimir colorido? De jeito nenhum. O vínculo dos leitores com o jornal escolar é construído a partir da efetividade, como já foi dito anteriormente. A qualidade gráfica necessária para que esse vínculo se estabeleça pode, perfeitamente, ser conseguida com impressão em preto e branco. Então, se a impressão colorida couber no orçamento, ótimo. Se não, preto e branco dá conta do recado – nesse caso, existe mesmo a possibilidade de se imprimir em papel jornal, o que agrega um charme à publicação.

7. Preparando o Projeto Editorial

Tomadas as decisões sobre os assuntos precedentes, é possível sistematizar o Projeto Editorial. Depois, é só conferir o custo de impressão (Ponto 8) e fazer ajustes, se necessários.

Tiragem:

Tipo de papel – branco ou jornal (1).

Impressão – colorida ou preto e branco (1).

Periodicidade:

(1) Estes itens podem ficar em aberto, pedindo-se às gráficas orçamentos para as duas opções.

Quantidade de páginas para os textos produzidos pelos alunos do <i>Mais Educação</i> durante as oficinas.	
Quantidade de páginas para outros textos produzidos pelos alunos do <i>Mais Educação</i> , em produção independente, fora das oficinas do jornal (opção).	
Quantidade de páginas para as produções dos outros alunos da escola (espontâneas, de entidades estudantis ou realizadas em sala de aula).	
Espaço para a direção, Conselho Escolar, professores.	
Total de páginas	
Total de páginas arredondadas para múltiplos de 2 ou de 4 (impressões em folha A4 ou A3 respectivamente).	

8. Impressão do jornal

A escola recebe do MEC recursos, que podem ser aplicados tanto na compra de insumos para impressão própria ou em serviços de impressão do jornal escolar.

Diagramação do jornal

A diagramação consiste no ordenamento dos textos e desenhos, no uso de recursos, como quadros, marcas d'água e retículas, na determinação do tipo e tamanho de letras utilizadas e do espaçamento entre linhas e parágrafos, entre outros itens.

É possível realizar, coletivamente, uma pré-diagramação para fazer uma arrumação preliminar do material (ver modelo de oficina na continuação do texto). As indicações e o material são repassados a uma equipe mais reduzida ou até a uma única pessoa, que realiza a diagramação.

Para fazer a pré-diagramação, é necessário que:

- Os textos estejam digitados em *Times New Roman*, 11 (podem ser digitados pelos alunos ou por outras pessoas).
- Os textos estejam em uma página A4, organizada em três colunas, entra o conteúdo de 84 linhas digitadas com essa formatação.
- Descontar o espaço ocupado por outros elementos, usando regra de três simples (por exemplo, 30% da página reservado para fotografias, ilustrações, cabeçalho do jornal ou publicidades são 25 linhas a menos).
- Escolher os textos para cada página considerando o espaço disponível e as linhas de cada texto.

Modelo de Oficina de pré-diagramação cooperativa

PRIMEIRA FASE

- Se houver um número suficiente de textos, cada aluno recebe dois ou três e seleciona aquele que quer publicar na primeira página. O educador recolhe os textos não selecionados e forma grupos com três alunos, que selecionam apenas um para publicar na primeira página;
 - O educador pode pular a fase da análise individual e formar grupos que receberão vários textos, dentre os quais escolhem um para a primeira página;
 - Os grupos podem pleitear a publicação de mais de um texto, caso considerem que eles são igualmente importantes;
-

SEGUNDA FASE

O educador organiza dois grupos

Grupo A: cinco alunos vão trabalhar na primeira página. Recebem os textos escolhidos na atividade anterior e os desenhos/fotos correspondentes (não participam deste grupo os autores dos textos).

- Verificam se o total de linhas dos textos é compatível com o espaço disponível (o educador informa o número de linhas, veja acima). Caso sobrem textos, repassam para o segundo grupo;
- Escolhem a ilustração ou as ilustrações que querem publicar (deverão retirar do espaço dos textos);
- Fazem o esboço de diagramação (em uma folha solta indicam a localização aproximada de cada texto e ilustração).

Grupo B: demais alunos

- Inicialmente, agrupam os textos que sobraram por temas afins;
- A seguir, escolhem as páginas onde esses temas serão publicados;
- Determinam onde serão publicados os textos “soltos” (que não foi possível agrupá-los por temas).

TERCEIRA FASE

- O educador forma um grupo por página (excluindo a primeira, que já foi finalizada);
- Cada grupo recebe os textos escolhidos para a sua página e os desenhos/fotos correspondentes;
- Os grupos repetem o procedimento realizado pelo grupo da primeira página na atividade anterior;
- Os textos que sobram são devolvidos ao educador.

Obs.: O educador pode dispensar os alunos que participaram do grupo da primeira página e já fizeram a experiência completa da pré-diagramação.

Diagramação Eletrônica

A diagramação eletrônica é feita com ajuda de programas de computador. É difícil que muitos alunos possam participar. Porém, feita a pré-diagramação coletiva, é possível formar turma de dois ou três alunos para montar cada página do jornal. Essa atividade requer a utilização do laboratório de informática da escola e pode ser realizada em parceria com o educador responsável por esse espaço.

Introdução

Como vimos nos capítulos anteriores, ao considerar o tema *Comunicação e Uso de Mídias* em seus processos pedagógicos, as escolas podem lançar mão de diferentes linguagens e produtos midiáticos. Não existe regra para se definir qual a melhor mídia a ser utilizada nos projetos educativos e o ideal é que se busque uma articulação entre as diversas estratégias adotadas.

A convergência entre conteúdos e formatos de mídia faz parte da própria natureza dos processos comunicativos e é uma forte tendência do campo da comunicação. No caso das mídias escolares, por exemplo, isso significa que um mesmo conteúdo produzido para o jornal escolar pode ser válido para a internet e, pode gerar um vídeo, uma História em Quadrinhos ou uma matéria para a rádio.

A natureza integradora das mídias se estende, no contexto da escola, à articulação entre as diferentes áreas que contribuem para o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens. Nesse sentido, ao iniciarmos o processo de instalação de uma Rádio Escolar, é importante levar em conta as conexões que podem fomentar os conteúdos curriculares, assim como entre os atores da comunidade escolar.

O exercício da Rádio Escolar possibilita, inclusive, interação com os diversos temas do *Programa Mais Educação*. É possível, por exemplo, realizar entrevistas sobre meio ambiente, divulgar uma competição de capoeira, criar campanhas para a melhoria da convivência na escola e para a promoção de uma cultura de paz. Uma Rádio Escolar pode, ainda, ser uma ferramenta poderosa para trabalhar o direito à livre expressão e à opinião. É, também, uma estratégia para se debater a responsabilidade inerente ao exercício desse direito com os estudantes, professores e demais pessoas da comunidade escolar.

Neste caderno, buscamos apontar diretrizes básicas para o uso do rádio, como atividade que contribui no processo de valorização e fortalecimento do projeto político-pedagógico da escola. Não temos a pretensão de esgotar todas as possibilidades de uso da Rádio Escolar, mas sim, fomentar o desenvolvimento das atividades do tema *Comunicação e Uso de Mídias* no contexto das políticas públicas de educação.

Para iniciar o processo de implantação de uma Rádio Escolar, é interessante que a escola comece as atividades com um grupo menor – cerca de 30 estudantes seria suficiente. Aos poucos, contudo, as ações podem ser ampliadas passando a envolver toda a comunidade escolar.

O que é uma rádio escolar?

Assim como existe a rádio que você sintoniza para ouvir músicas, eventos esportivos e notícias em casa pode haver, também, uma rádio na sua escola. Nela, os próprios estudantes, professores e funcionários elaboram a programação. É uma iniciativa simples, que funciona com alto-falantes distribuídos no espaço escolar, transmitindo música e informação do interesse de toda a comunidade escolar.

Um trabalho com a linguagem radiofônica pode somar uma ferramenta pedagógica relevante ao cotidiano da escola, possibilitando que estudantes e professores fortaleçam uma discussão comum, por exemplo, nas aulas de Língua Portuguesa, em que os alunos são incentivados a se expressar de diferentes formas, dependendo de seus objetivos (uma narração, uma dissertação, uma poesia etc.). Assim como se aprende que enviar um recado para um colega é diferente de redigir uma carta formal, deverão, também, descobrir as especificidades de se comunicar pelo rádio, com todas as possibilidades e limitações desse meio.

Por um lado, o rádio permite que uma só pessoa fale para muitas outras, potencializando a abrangência de uma informação que se deseja transmitir. Mas, por outro lado, não é possível ver os gestos e a expressão facial de quem fala (como numa conversa face a face) e nem se pode voltar atrás na locução para esclarecer alguma dúvida (como fazemos em um texto escrito). Isso sem contar que, na maioria das vezes, o rádio não é o principal foco de atenção do ouvinte, que pode executar outras atividades paralelamente.

Qualquer conteúdo que se deseja transmitir pelo rádio deve tomar uma forma simples e direta para facilitar sua compreensão. É uma linguagem que, por um lado, aproxima-se da coloquial e tem de aparentar naturalidade para obter o interesse e a confiança do ouvinte, mas, por outro, ela deve se adequar às normas da língua padrão, especialmente, no caso de uma rádio inserida no ambiente escolar. Aliás, é fundamental compreender que, embora os apresentadores de rádio pareçam ser espontâneos, quando falam, toda a informação emitida ali é fruto de um longo processo de planejamento, pesquisa, redação e edição. Isso significa que não é só “pegar o microfone e sair falando”, mas pensar e trabalhar bastante.

No quadro, a seguir, apresentamos algumas sugestões para nortear o trabalho de introdução dos estudantes à linguagem radiofônica.

Sugestões de atividades

Conta vida

Os estudantes registram, com o gravador de voz, 1 minuto de fala sobre um determinado assunto (sua vida, suas férias, seu tempo livre, seus planos para o futuro). O material gravado é ouvido por todos, para que façam comentários e iniciem suas reflexões sobre a linguagem radiofônica. É preciso ficar atento para elementos como: dicção, repetição de palavras e ideias, ritmo da fala e interferência de sons do ambiente.

Escuta radiofônica 1

Vinhetas de diversos rádios, assim como programas radiofônicos de diferentes formatos, são apresentadas aos estudantes, para que reflitam sobre as várias propostas que uma emissora pode ter (rádio jovem, informativa, comunitária, religiosa...). Com esse exercício, também se pode mapear as preferências e o repertório radiofônico dos estudantes, contribuindo para a formulação da programação da rádio.

Escuta radiofônica 2

Os alunos devem analisar seu programa de rádio favorito, considerando elementos como: horário, duração, temática, quantidade de apresentadores e os programas concorrentes que passam, simultaneamente, em outras emissoras. É um primeiro contato com o funcionamento da grade de programação.

B. PESQUISA COM A COMUNIDADE ESCOLAR

Ninguém se comunica sozinho. Não é por acaso que o próprio termo “comunicação” – derivado do latim *communicatio* (ação em comum) – tem certa semelhança com a palavra “comunidade” (grupo de seres, congregação, qualidade do que é comum). Tendo isso em vista, é preciso entender que qualquer atividade de comunicação, inclusive, uma rádio escolar, não pode se isolar da comunidade em que se insere.

Para isso, é importante que os vários atores, que interagem na escola (estudantes, professores, funcionários, monitores e famílias), percebam na rádio uma alternativa para melhorar o convívio, trocar informação e desenvolver atividades educativas. Ações bastante simples podem estreitar os vínculos entre os envolvidos, diretamente, com a rádio e a comunidade escolar como um todo. Trata-se de desenvolver estratégias para colher opiniões e sugestões dos estudantes e dos demais atores da comunidade escolar acerca da rádio, isto é importante, para que ela seja bem recebida por seu público. A seguir, listamos algumas sugestões de realização dessa aproximação, que é, inclusive, um dos objetivos do *Programa Mais Educação*.

Sugestões de atividades

Pesquisa de gosto musical e programação da rádio

Algo fundamental para uma boa aceitação da rádio é fazer uma pesquisa sobre as expectativas da comunidade escolar, acerca do tipo de música e de informação que deverá ser transmitida. Os estudantes realizam entrevistas e distribuem questionários levantando os gêneros musicais preferidos (samba, rock, funk, MPB...); as emissoras de rádio e os formatos radiofônicos que mais atraem o público (noticiário, variedades, humor...). Entretanto, para que esse trabalho seja produtivo, é essencial que ele ocorra, paralelamente, a um amplo debate sobre a finalidade educativa do rádio. Estudantes e educadores devem compreender que nem todo o tipo de música ou conteúdo é compatível com o ambiente escolar. E atenção: a pesquisa não deve determinar, completamente, a programação da rádio, mas ser um primeiro mapeamento dos interesses da escola, assim como um ponto de partida para a formação de um público crítico e cidadão.

Eleição do nome da rádio escolar

Os estudantes, que participam, mais diretamente, das atividades da rádio criam sugestões de nome e um *slogan* para o veículo. Os nomes devem sintetizar a identidade que se quer dar à rádio e os *slogans* devem ser frases fáceis de memorizar (ex: Rádio Jovem Sintonizado: a rádio que todo jovem quer). A partir das sugestões, são produzidas cédulas para votação a ser distribuídas. A eleição do nome para a rádio, além de ser um exercício de democracia, propõe a toda a comunidade um vínculo de corresponsabilidade. O dia da eleição pode se tornar um grande evento, quem sabe até uma espécie de inauguração.

C. FORMATOS RADIOFÔNICOS

Existem inúmeros formatos radiofônicos e uma descrição detalhada sobre eles renderia muitas páginas. Dessa forma, buscamos apresentar apenas algumas referências que podem ser mais facilmente trabalhadas na rotina da Rádio Escolar. Vale ressaltar que todos os formatos listados, a seguir, podem ser produzidos para serem lidos “ao vivo” ou gravados para serem exibidos posteriormente.

Notícia – é a forma mais básica de apresentar uma informação. Com um tempo médio de um a dois minutos, sintetiza os elementos principais para a compreensão de um fato ocorrido (O que? Quem? Quando? Como? Onde? Por quê?).

Nota – é semelhante à notícia, porém mais resumida, devendo conter em média trinta segundos.

Entrevista – é um dos caminhos mais usados para se obter informação. Consiste num diálogo entre o entrevistador, que busca saber mais sobre um fato ou um assunto, e um entrevistado, que pode contribuir com essa pesquisa. A entrevista pode ser inserida dentro de uma notícia ou ser apresentada separadamente (ver abaixo item Produção de Entrevistas).

Spots educativos – com duração de trinta segundos a um minuto, traz alguma informação útil e formativa para o público. Podem ser realizadas campanhas educativas com temáticas relacionadas à saúde, segurança, meio ambiente, boas maneiras, sexualidade, entre outros.

Programa de variedades – é um formato híbrido com informação, humor, música, literatura e comentários sobre a rotina da escola ou sobre os últimos acontecimentos que repercutiram nos meios de comunicação.

D. PRODUÇÃO DE CONTEÚDO PARA A RÁDIO ESCOLAR

Como já vimos na Terceira Parte deste caderno, é importante considerar as diferentes formas de se construir conteúdos para as mídias escolares. No caso do rádio, uma forma fácil de envolver os alunos com as atividades é estimulá-los a produzir materiais com base nos formatos indicados anteriormente (notícias, entrevistas, spots educativos etc.). O processo de produção tem de se articular com atividades de outros temas, ampliando o leque possível de abordagens e possibilitando que os conteúdos gerados e veiculados, durante a programação da rádio, dialoguem com os interesses do público ouvinte.

Produção de entrevista

No processo de planejamento das entrevistas, podem ser realizadas dinâmicas com a realização de ensaios coletivos envolvendo o grupo de estudantes que participam das atividades com a Rádio Escolar. A prática de desenvolver perguntas e elaborar respostas ajuda a reduzir a inibição e estimula a criatividade na formulação de questões referentes a assuntos variados.

As perguntas feitas numa entrevista devem ser abertas, ou seja, não induzirem a respostas como “sim” e “não”. Além disso, os seis questionamentos básicos para a produção de uma notícia podem ser úteis para a formulação de um roteiro de entrevista (O quê? Quem? Quando? Como? Onde? Por quê?).

Para produzir uma entrevista, é necessário pesquisar bem sobre o assunto. Durante a realização da entrevista, os estudantes utilizam apenas o gravador de voz e a veiculação pode ser direta na rádio (conectando o gravador com um cabo à mesa de som). Para iniciar a entrevista, é fundamental que o jovem repórter registre no gravador uma introdução do tema com a apresentação dos entrevistados; um texto simples que pode ser preparado em sala de aula ou durante uma oficina. Esta introdução ajuda a conectar as perguntas e respostas que compõe o quadro para a rádio.

Produção de pílulas radiofônicas

A produção de pílulas radiofônicas – programas de um a três minutos no formato de notícia ou *spot* – é uma forma de exercitar as técnicas de rádio de forma integrada com as diversas temáticas trabalhadas na escola. Os programas podem conter dicas e curiosidades relacionadas

aos conteúdos escolares ou assuntos do interesse de todos, como campanhas sobre o meio ambiente, saúde, esporte, entre outros temas. Essas produções podem ser apresentadas de forma simples e direta pelos estudantes, agentes culturais e/ou professores. Acesse o passo a passo para a produção de pílulas – www.oficinadeimagens.org.br

E. FORMAÇÃO DE UM PÚBLICO CRÍTICO E CIDADÃO

Como abordado anteriormente neste caderno, é muito importante que um trabalho em *Educomunicação* não se restrinja ao uso, em sala de aula, de ferramentas como o vídeo e o rádio, mas também se dedique à formação de um público que interprete de forma crítica e cidadã o que é ofertado pelos meios de comunicação. Dessa forma, todo o trabalho para se produzir informação e se gerir uma rádio deve ser integrado com atividades de leitura crítica de mídia e análise de música. Apresentamos, a seguir, possibilidades para o desenvolvimento desse tipo de trabalho.

Análise de capas de jornal

A análise de capas de jornal consiste em discutir com os estudantes como os meios de comunicação selecionam os fatos noticiados. As primeiras páginas de diferentes jornais de uma mesma data devem ser comparadas, observando-se os diferentes assuntos das manchetes e fotos. Alguns questionamentos fundamentais guiam as discussões: quais são os critérios para escolher a notícia que vai para a capa? Como a diferença entre os jornais revela os diferentes públicos aos quais as mídias se dirigem? Os meios de comunicação transmitem informações realmente relevantes? Como é possível melhorar o conteúdo deles? Após o debate, os estudantes dividem-se em grupos para montar, a partir de recortes de jornal e revista, a capa de um “novo jornal”, mais interessante e/ou educativo do que aqueles que foram analisados.

Exercícios semelhantes podem ser feitos com diversos tipos de produtos midiáticos (noticiários televisivos ou radiofônicos, sites de internet...). Escolhemos o jornal impresso, como exemplo, por ser um material mais prático e acessível, podendo ser recortado, colado e remontado.

Declamação de música

O educador pede aos estudantes sugestões de músicas “boas” e músicas “ruins” para se tocar numa rádio escolar. Em seguida, ele conseguirá a letra dessas canções, para levar aos estudantes. Estes deverão ler a canção em voz alta sem cantá-las, declamando-as como se fossem poemas falados. Ao final de cada estrofe, o grupo discute a mensagem transmitida pela canção. Ela tem uma letra interessante? A melodia é agradável? É boa para dançar ou só para ouvir? É indicada para o ambiente escolar? Além das sugestões dos estudantes, o educador, também, pode levar outras canções, que rendam alguns debates interessantes.

Pesquisa sobre gêneros musicais

O educador levanta os gêneros musicais conhecidos dos estudantes (samba, *rock*, forró, sertanejo, rap...). Ele deve pedir uma pesquisa sobre esses tipos de música, tentando conhecer a origem, as características musicais e os artistas mais importantes no estilo. Ao comentar os resultados dos trabalhos, deve-se ressaltar que a música é uma das mais importantes formas de expressão artística de um povo. Toda a discussão deve ser integrada com a programação da rádio escolar. A discussão sobre música prepara os estudantes para a construção de uma programação musical rica, eclética, divertida e informativa.

F. PROGRAMAÇÃO E GESTÃO DA RÁDIO ESCOLAR

Para que funcione, a rádio tem de ser abraçada pelos diversos setores da escola. Nesse processo, a participação da comunidade escolar não pode resumir-se a ações pontuais como o pedido de músicas, a eleição do nome da rádio ou mesmo pesquisas de opinião. A participação tem de estar na rotina de gestão da rádio. Os educadores e estudantes envolvidos com a rádio devem estar sempre abertos a sugestões de todos os setores da escola, realizando reuniões periódicas com professores e outros funcionários para trocar experiências e planejar atividades que integrem a rádio com os conteúdos trabalhados em sala de aula e demais questões da instituição. Da mesma forma, entidades de representação estudantil (grêmios) podem ser convidadas a participar das decisões e a utilizar a rádio como um canal de informação.

G. INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DA RÁDIO ESCOLAR

Para montagem de uma Rádio Escolar, é recomendável a utilização de um espaço fechado de três a quatro metros quadrados. Para a garantia de qualidade nas gravações, é importante que a sala da Rádio Escolar tenha um isolamento acústico que pode ser feito com isopor e caixas de ovos recicladas e coladas nas paredes internas. Entretanto, caso a escola não possua esse espaço para montagem da Rádio Escolar, os equipamentos podem ser montados em uma sala de aula, ou no pátio, para a realização de dinâmicas de rádio ao vivo.

O kit de rádio escolar do *Programa Mais Educação* é composto por uma série de materiais de apoio à atividade de comunicação na escola. São eles:

- *aparelho microsystem*, com toca CD: onde são inseridos os CD's com músicas e conteúdos que serão emitidos pela rádio escolar;
- *mesa de quatro canais*, com entrada direta para canal stereo para CD, MD, tape deck, sintonizadores e saída de linha de áudio: nesta mesa são conectados (entrada) todos os sinais de áudio que serão tocados nas caixas de som (saída). São eles: o aparelho de CD, o gravador USB com o conteúdo produzido, um computador com arquivos de MP3 e os microfones;
- *microfones (dois)* que podem ser utilizados para o exercício de rádio ao vivo e para a gravação de notícias e spots educativos;
- *gravador digital com porta USB*: equipamento para a gravação de entrevistas e outros formatos para rádio. Ele gera arquivos em MP3, que podem ser descarregados em um computador, editados e/ou gravados em CD. O conteúdo gravado pode, também, ser conectado, diretamente, na mesa de som para veiculação na rádio escolar;
- *fofones de ouvido (dois)*: para uso dos locutores na rádio e para gravação dos conteúdos;
- *caixas de som stereo (três)* com três canais: as caixas devem ser distribuídas na escola, de forma a abranger as principais áreas de recreação dos estudantes e circulação das pessoas. Na maioria das vezes, as rádios escolares funcionam no horário do recreio, do almoço ou entre os intervalos das aulas.

Parceria com o laboratório de informática

Para criação de produtos mais elaborados, que demandem a edição de conteúdo, é importante que a rádio desenvolva atividades integradas com o laboratório de informática da escola. Nos computadores do laboratório, é possível editar spots educativos e campanhas utilizando *softwares* livres.

O uso dos quadrinhos, em sala de aula, vem se tornando um tema cada vez mais constante nas discussões sobre educação. Vários motivos concorrem para isso: a inclusão deles nos *Parâmetros Curriculares Nacionais* (PCNs), a criação do Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE) e a crescente bibliografia¹⁸ no Brasil, que analisa a relação entre quadrinhos e sala de aula em várias vertentes (alfabetização quadrinística do professor, modos de produção de quadrinhos em sala de aula, uso de quadrinhos como auxiliares em certas disciplinas, etc.).

Por um lado, é importante que o aluno possa dominar a maior quantidade de linguagens e gêneros possíveis, o que tem sido cada vez mais avaliado nas provas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Tem sido comum, nessas provas, a inclusão de charges, tirinhas e trechos de HQs (nacionais ou estrangeiros), para avaliar a capacidade interpretativa e textual do aluno em relação ao texto sugerido.

Porém, é preciso que o próprio professor tenha maior contato com os quadrinhos em suas várias modalidades, pois estes não são uma modalidade voltada apenas para crianças e adolescentes. Muitas vezes, confunde-se entre a linguagem quadrinística (uma linguagem, com gramática e sintaxe próprias) e o mercado de quadrinhos (um recorte, voltado majoritariamente, mas não exclusivamente, para o universo infanto-juvenil).

O professor deve ter em mente para qual finalidade estará usando uma História em Quadrinhos. Em alguns casos, é grande a tentação, por exemplo, de substituir a leitura de um livro (digamos, um romance de Machado de Assis) pela leitura da adaptação em quadrinhos da mesma obra. Isso é um equívoco, por várias razões: 1) os quadrinhos não são substitutos dos livros; 2) os quadrinhos são, conforme falamos, adaptações (o que pode implicar em virtual eliminação ou acréscimo de personagens ou falas, etc.); 3) os quadrinhos, diferentemente da maioria dos livros (não ilustrados, vale lembrar), visualizam aquilo que no texto verbal tende a ser apenas proposto e imaginado pelo leitor.

Além disso, podemos perceber os quadrinhos sob sua ótica comunicacional e cognitiva: o fato de ser uma linguagem que articula três códigos distintos (o visual, através dos quadros; o esquemático, através da articulação entre os quadros; e o verbal, não obrigatório, vale lembrar, através dos textos das personagens e/ou dos narradores) permite, por um lado, uma série de possibilidades combinatórias e variações, a partir do arranjo entre esses três códigos. De outro lado, é uma linguagem que, ao poder apelar, simultaneamente, para o verbal (lógico, analítico) e para o visual (icônico, espacial, sintético), interpelaria os dois lados do cérebro humano (o hemisfério direito, sintético, visual, e o hemisfério esquerdo, analítico, verbal).

Dito isto, é preciso considerar um fato relevante. É verdadeiro que a leitura dos quadrinhos é algo rápido e fácil (apesar de dependente do aprendizado de uma série de convenções: leitura verbal, compreensão da ligação e disposição espacial dos quadros; capacidade de complementar as ações que estão “escondidas” entre um quadro e outro, através do recurso de elipse – tanto narrativa quanto visual); porém, de modo inversamente proporcional, a feitura dos quadrinhos pode ser demorada e difícil, caso a pessoa não domine, tanto as técnicas narrativas quanto as técnicas de quadrinização (essa demora ocorre mesmo com quem domina essas técnicas, cumpre lembrar).

18 Parte dessa bibliografia está citada no final do caderno.

Tudo isso leva a alguns aspectos “equivocados” em relação aos quadrinhos. Vejamos dois deles, interligados entre si. O primeiro equívoco: a ideia de que produzir quadrinhos é algo extremamente fácil e simples, na medida em que o aluno já pode estar acostumado a ler histórias assim. Isso leva ao segundo equívoco: o mito de que, para quadrinhos poderem ser produzidos, é preciso que seu produtor saiba desenhar. Na verdade, o que é preciso, minimamente, para que uma história em quadrinhos seja produzida é a existência de um roteiro (a história a ser contada) e um esboço visual desse roteiro (o modo como os quadros serão preenchidos, por exemplo, por personagens e balões de fala e como serão distribuídos na página ou espaço para eles destinado).

Essas etapas tanto podem ser feitas, individualmente (o autor é responsável por todo o processo produtivo), quanto em equipes de duas a seis pessoas (geralmente, roteirista, desenhista, revisor, arte-finalista, colorista e letreirista, dependendo da distribuição das tarefas). É, aqui, que os quadrinhos se tornam uma ferramenta interessante em sala de aula, na medida em que eles solicitam uma interação entre alunos que podem ficar responsáveis, tanto pelas diferentes etapas da feitura de uma História em Quadrinhos quando podem analisar, criticamente, as etapas desenvolvidas pelos demais colegas. Um aluno que tenha facilidade com a Língua Portuguesa pode ficar responsável pela revisão dos textos; outro que desenhe melhor pode ser o arte-finalista, e assim por diante.

Isso implica uma série de possibilidades para o professor desenvolver em sala de aula. No âmbito textual, articulado com os aspectos visuais, pode-se: 1) estimular a imaginação do aluno que tem capacidade de criar relatos ficcionais ou estimular a capacidade de relatar quadrinisticamente fatos reais ou relatos propositivos; 2) solicitar ao aluno a adaptação de um texto em outra linguagem (um desenho animado, um curta-metragem, um conto, uma redação feita pelo próprio aluno) para a linguagem quadrinística; 3) propor ao aluno a quadrinização explicativa de determinados conteúdos das disciplinas (Física, Biologia, Geografia) que se tornem facilitados pela articulação entre texto, imagem e quadros sequenciados. Vale lembrar, que essa atividade deve ser estimulada entre todos os alunos, independentemente, de sua capacidade para o desenho. O importante, aqui, é que o aluno consiga criar um esboço visual de sua História em Quadrinhos; posteriormente, outro colega poderá fazer o desenho, estimulando a atividade em dupla (um aluno pode opinar sobre o trabalho do outro e vice-versa). Esses exercícios ajudam a familiarizar o aluno com a técnica e a lógica quadrinística, bem como permitem que o próprio aluno tenda a perceber o que ele errou e acertou.

Modos de usar os quadrinhos em sala de aula

As histórias em quadrinhos são um tipo de linguagem que permite a expressão e transmissão dos mais variados tipos de conteúdos e gêneros possíveis. Isso possibilita pensar nessa linguagem, como um ótimo exercício para a produção de suportes midiáticos, por parte dos alunos, e, conjuntamente, com os professores, dentro da escola. Os quadrinhos podem ser tanto uma mídia estudantil (ou seja, um meio de expressão dos próprios alunos) quanto uma mídia escolar (ou seja, um meio de expressão que envolva todos os agentes sociais presentes no espaço escolar); essa escolha vai depender da proposta pedagógica, dos interesses dos envolvidos e do ganho que se vislumbra com tal atividade.

Antes de qualquer coisa, porém, é preciso conhecer o nível de conhecimento do aluno com os quadrinhos. Já leu? Se sim, quais? De quais gosta mais? Se não leu, por quê? Proibição dos pais? Falta de alfabetização? Desinteresse? É preciso considerar que há uma série de preconceitos

em relação aos quadrinhos, desde argumentos como “isso é coisa para crianças”, até “isso não acrescenta nada a sua formação”.

Por ser uma linguagem que articula diferentes códigos, os quadrinhos permitem certa “maleabilidade” em sala de aula, no que se refere aos exercícios que podem ser propostos aos alunos, os quais devem ser diferenciados, também, conforme a faixa etária, os conteúdos da disciplina e a proposta pedagógica de cada instituição de ensino. Não indicamos para qual faixa etária é pertinente cada exercício, uma vez que as Histórias em Quadrinhos podem ser extremamente simples (uma tirinha em um quadro, não sequencial) ou extremamente complexas (uma edição encadernada de 320 páginas) e, na verdade, será o professor quem irá avaliar as possibilidades de cada exercício em relação aos seus alunos; também não colocamos os exercícios em uma ordem cronológica ou de gradação, pois eles dependem do que se deseja analisar em cada situação. Entre esses possíveis exercícios, estão:

- *a interpretação textual e visual da história*. O mais comum dos exercícios: é solicitada ao aluno a compreensão e/ou discussão dos elementos narrativos básicos (quem são as personagens? onde se passa?). Pressupõe o conhecimento prévio, por parte do aluno, do modo de ler uma História em Quadrinhos (os quadros se sucedem, sequencialmente, de cima para baixo, e da esquerda para a direita). Apesar de parecer óbvio, há casos como os do mangá que, em certos casos, é publicado no Brasil obedecendo ao padrão japonês de leitura (ou seja, com os quadros sequenciados da direita para a esquerda). Não há uma idade “certa” para se começar a compreender a disposição lógico-sequencial e espacial dos quadros, pois ela depende do contato do aluno com a linguagem e o consequente aprendizado desse “sentido de leitura”, o que pode ocorrer na faixa de 4 a 5 anos, por exemplo. Além disso, há histórias cuja disposição das cenas não se dá em quadros sequenciados, mas em outras formas (geométricas ou não, regulares ou irregulares), o que pode dificultar a leitura de uma página. Em suma: contrariando o senso comum, é preciso ser alfabetizado e/ou letrado (em termos de textos verbais e visuais) para ler histórias em quadrinhos.
- *a ordenação dos quadros*. Esse tipo de exercício é interessante, quando se tem tirinhas de três a cinco quadros, com ou sem texto verbal. A ideia é pegar uma tirinha, recortar os quadros, colocá-los fora de ordem, e solicitar ao aluno a ordenação mais adequada para eles, de modo a constituir uma sequência narrativa lógica. Dependendo da faixa etária (adolescentes, por exemplo), é possível trabalhar com pequenas histórias (uma a duas páginas, por exemplo).
- *a edição da história* (ou a eliminação de quadros). Como muitas vezes uma história precisa caber num espaço pré-definido (oito páginas, por exemplo), pode ocorrer de uma narrativa ser “esticada”. Assim, um exercício interessante é sugerir ao aluno uma dada história (com os quadros sequenciados ou não) e perguntar se há algum quadro sobrando.
- *a reedição da história* (ou o acréscimo de quadros). A linguagem quadrinística tem como elemento central a elipse (ou seja, a eliminação de uma dada ação entre um quadro e outro). Em alguns casos, pode ocorrer que a presença de um quadro deixe a história mais compreensível (ou mesmo coerente). Perceba-se que esse exercício é o oposto do anterior.
- *a reescrita dos textos e paratextos*. Quando em fase de alfabetização, é comum que as crianças “inventem” histórias e diálogos para os quadrinhos que ainda não sabem ler – o escritor Ítalo Calvino, por exemplo, disse, certa vez, que preferia ler os quadrinhos, quando não sabia ler, pois sua imaginação permitia que uma mesma sequência de quadros equivalesse a n histórias diferentes, inclusive, a proposta pelo autor. O professor pode pegar tirinhas ou pequenas histórias (uma a duas páginas), eliminar todos os textos verbais (falas das personagens, recordatórios) e paratextos (título da historinha, nomes da(s) personagem(ns) e do autor) e oferecer ao aluno uma cópia, somente com as imagens para o aluno “criar” sua história.

– *o desenvolvimento do traço e do desenho.* Todo mundo tem um modo de segurar um lápis e de desenhar, assim como ocorre com a caligrafia de cada indivíduo. Conforme dissemos, anteriormente, o que importa nos quadrinhos não é a excelência no desenho (o que pode vir com o tempo, mas não necessariamente), mas a capacidade de expressão visual. Mesmo o “pior dos desenhistas” sabe fazer uma forma qualquer e, ao colocar dois pontos simulando olhos, fatalmente terá algo que remete a um rosto (do contrário, as pessoas não criariam os *emoticons* que abundam na internet com um sinal de dois pontos e um dos parênteses). Pode-se estimular o aluno a tentar fazer um rosto usando números em diferentes posições, desenhos de frutas ou legumes, formas simples as quais, quando acrescentado um par de pontos e um traço curvo, transformem aquela imagem em um “rosto”. O mesmo método pode ser usado, para que o aluno desenvolva desenhos de corpos, objetos e outros elementos visuais.

– *o uso de outras matérias-primas.* Uma história em quadrinhos não precisa ser desenvolvida apenas com desenhos. Textos como fotonovelas usam fotografias no lugar dos desenhos. Mas a imaginação pode permitir que as imagens sejam capas de revistas, cenas congeladas (ou *stills*) de filmes de cinema, reproduções de quadros ou fotografias famosas, xerocadas, recortadas de revistas ou manuseadas no computador através de *softwares* de edição de imagem (essa prática pressupõe um aluno de mais idade e/ou com desenvoltura nesses *softwares*). Apesar de ser uma experiência pedagógica, é um bom momento para desenvolver com os alunos uma discussão, por exemplo, sobre os direitos autorais e o uso de imagens alheias.

– *a tentativa de adaptação quadrinística.* Na medida em que o aluno vai “brincando” com a história em quadrinhos, ele vai desenvolvendo certas competências sobre a linguagem quadrinística e aprendendo, de modo experiencial (individual e/ou em grupo), a manusear os seus elementos (textos, imagens, disposição espacial). Quando o aluno estiver mais “seguro”, pode-se solicitar a ele uma tentativa de adaptação de um texto para os quadrinhos: pode ser uma piada de criança, uma fábula, uma música, a história de um colega de sala, uma notícia de jornal ou qualquer outro tipo de texto.

– *a produção de textos.* É uma espécie de culminância (dependendo do tipo de projeto desenvolvido obviamente), porque é quando o aluno torna-se “autor”. Se há interesse em que o aluno desenvolva, quadrinisticamente, suas histórias, é preciso ter em mente, se elas terão um cunho lúdico-ficcional (estímulo da imaginação e da fantasia), realista-documental (capacidade de expressão, em linguagem quadrinística, de informações sobre fatos reais, sentimentos, ideologias, propostas políticas) ou artístico-experimental (estímulo da criatividade).

– *a definição dos formatos.* Apesar da quantidade de possibilidades de narração em quadrinhos, há a tendência a agrupá-los, conforme o espaço que ocupam e a quantidade de quadros que usam, ou seja, conforme seus formatos. Os mais tradicionais são: as charges (que geralmente ocupam um quadro e tendem a apresentar forte carga política), as tirinhas (sequências de 2 a 4 quadros, em média, dispostos em uma única linha horizontal) e as histórias em quadrinhos propriamente ditas (que ocupam a partir de uma página). Esse é um momento importante, pois cada tipo de narrativa acaba solicitando um tipo de formato específico; é importante o professor verificar se os alunos percebem essas diferenças no nível narrativo ou apenas no nível do formato.

– *a impressão e/ou distribuição do material produzido.* Uma vez produzido o material, deve-se definir se seu consumo ficará restrito à sala de aula, à escola ou se será divulgado para além dos muros da escola. A nosso ver, é interessante que a experiência seja socializada ao máximo possível. Uma boa sugestão é o uso de duas folhas de papel A4, sendo que em cada folha o autor deverá desenvolver dois quadros. Assim, ele vai totalizar quatro quadros, que podem ser dispostos na vertical (com as duas folhas A4 na horizontal), com dois quadros em cima e dois embaixo, ou

em formato de tirinha (quatro quadros um ao lado do outro). A partir desse modelo, é possível fazer variações.

Esses são apenas alguns exercícios possíveis. Em sala de aula, o professor poderá sugerir outros que estimulem a aprendizagem dos alunos, conforme a faixa etária e o projeto pedagógico. Alguns exemplos de análises possíveis encontrados por nós na bibliografia sobre quadrinhos: as representações sociais dos indivíduos (ricos x pobres, norte-americanos x sul-americanos; ocidentais x orientais; brancos x negros; homem x mulher etc.) nas Histórias em Quadrinhos; o caráter ideológico de uma história (qual a moral que ela sugere? há alguma ideologia nela? se sim, qual?); as teorias científicas ou as “licenças poéticas” que alguns autores usam em seus enredos (por que a radiação não destruiu Bruce Banner, em vez de criar o *Hulk*? É possível correr à velocidade do *Flash* sem comprometer a própria estrutura corporal?); o uso correto da língua oficial (o modo como o Chico Bento fala é correto ou não? Pode-se “corrigir” ou discutir a fala dele em sala de aula, como exercício de Língua Portuguesa).

Outro aspecto importante, além do que já foi exposto, é o planejamento correto e adequado dessas atividades. Se os alunos quiserem divulgar, internamente, seu material através de fotocópias, as quantidades de papel e *toner* a serem gastas deverão ser consideradas, bem como o tipo de colorização das histórias (preto e branco seria melhor, pois a fotocópia dessas “cores” é bem mais barata do que a fotocópia colorida). Se houver interesse de divulgação pela internet, será preciso considerar equipamento de digitalização de imagens (*scanner*), a propriedade de fontes (ou seja, as famílias de formatos de letras) adequadas para a legibilidade (caso ele seja feito no computador, posteriormente), computadores com acesso à internet e espaço disponível em servidores para hospedar o material produzido. Em suma: qualquer que seja a finalidade, um mínimo de planejamento será necessário.

Material a ser usado

Uma das vantagens na produção de quadrinhos é o seu baixo custo, e isso vale para qualquer lugar do mundo. O que possibilita as oficinas de quadrinhos, em várias situações, são o baixo custo do material e a facilidade de acesso a ele. O mínimo material básico para compor uma oficina de quadrinhos constitui-se de:

- folhas de papel A4 (obrigatório);
- lápis (com grafites HB e 2B) (obrigatório);
- canetas (de preferência, Unipin 0.1, 0.2, 0.5, 0.8 e 1.0; obrigatório para arte-final do desenho);
- borracha (branca) (obrigatório);
- réguas, esquadros, compassos, gabaritos, transferidores (opcionais);
- máquina fotocopadora (opcional, caso queiram fazer cópias para divulgação interna);
- computador com scanner e acesso à internet (opcional, caso queiram fazer divulgação externa).

Introdução

Nas próximas páginas, introduziremos noções básicas para o uso da fotografia articulada ao mundo da informação, aos currículos escolares e ao cotidiano da escola, da família e da comunidade do entorno. As atividades propostas convidam educandos e educadores a entrarem no universo das imagens e suas potencialidades no sentido de: a) agregar e valorizar pessoas e espaços na escola, na família e na comunidade; b) contribuir para o mapeamento da comunidade do entorno da escola, possibilitando uma leitura da realidade; c) registrar a memória dos acontecimentos na família, na escola e na comunidade; d) possibilitar que os educadores e educandos se expressem por meio da construção de imagens; e) contribuir para uma alfabetização visual¹⁹ possibilitando, assim, que os educandos e educadores tenham um posicionamento mais crítico diante das imagens geradas pelos meios de comunicação; f) dar visibilidade às ações de educação integral, dentre outras possibilidades.

As propostas de atividades apresentadas neste documento buscam motivar o estudante, partindo de seu repertório de conhecimentos, como base para o trabalho educacional, que envolve a criação de imagens (estudante como produtor de informações) e a análise de imagens (estudante, como consumidor de informações). A fotografia pode ser um instrumento pedagógico valioso à medida que equilibra a formação dos estudantes para o mundo da informação, e ainda mobiliza a escola, a família e a comunidade por meio dos produtos, exposições, mostras, campanhas, etc.

O kit de fotografia do *Programa Mais Educação* indica a utilização de cinco câmeras fotográficas por escola. O trabalho com esses equipamentos pode ser feito com grupos de seis crianças/adolescente/jovens, por câmera, num total de 30 participantes. Sugerimos que, no início do trabalho, os educadores criem, juntamente, com os educandos, os critérios, as normas, os combinados para utilização dos equipamentos. A gestão coletiva dos equipamentos é uma estratégia para se trabalhar o respeito e a integração no grupo.

A palavra fotografia vem do grego [*fos*], que significa luz e [*grafis ou grafê*], que significa *estilo ou pincel* e quer dizer “desenhar com luz e contraste”. Algumas definições dizem que fotografia significa [*photo = sensível à luz + graphos = escrita ou informação*], ou seja, para entender a fotografia, é preciso entender um pouco sobre luz, sobre informação, sobre o clique que fazemos com as nossas câmeras e os nossos olhos. Essa é uma grande oportunidade para a fotografia se articular aos conhecimentos trabalhados nas disciplinas relacionadas a ciências, história, geografia e física e contribuir na formação cidadã dos estudantes. E é sobre isso que vamos falar no próximo bloco.

A. INTRODUÇÃO À LINGUAGEM FOTOGRÁFICA

A relação entre o olho, a luz e a câmera fotográfica

Por volta do ano 500 a.C., os gregos antigos acreditavam que dos olhos saíam raios luminosos que tocavam os objetos, como tentáculos, e os tornavam visíveis. No ano de 400 a.C., o filósofo grego Aristóteles lançou uma dúvida no ar: “Se os olhos são fonte de luz, porque não enxergamos as coisas no escuro?” Certamente, a visão não funciona como pensavam os gregos antigos. O olho

19 Alfabetização visual pode ser entendida como a habilidade das pessoas entenderem um sistema de representação visual, associado com a capacidade de expressar-se através dele (Curtiss, 1987; Donis, 1973; Isherwood & Stanley, 1994). Disponível em www.latanet.org.br. Acesso em: 08 de julho de 2010.

reage à luz. As sensações visuais são produzidas, quando a luz que vem dos objetos atinge nossos olhos. Portanto, a luz é o agente da visão, isto é, vemos a imagem de um corpo ou de um objeto, porque ele envia luz para nossos olhos.

O fenômeno da formação da imagem pela luz é conhecido, desde a Antiguidade e é descrito como o princípio da câmara escura, que diz que a *luz refletida das coisas ao penetrar por um pequeno orifício na parede de um compartimento totalmente escuro irá formar na parede oposta uma imagem invertida do que houver no exterior*. Mas, como assim, imagem invertida? Essa é a proposta de investigação.

O olho humano e a câmera fotográfica são instrumentos óticos semelhantes. A quantidade de luz que penetra no olho é controlada pela íris circular, cujas fibras musculares regulam a abertura de uma janela chamada pupila. A córnea e o cristalino focalizam a imagem invertida na retina. Câmeras analógicas ou digitais têm também um diafragma que, assim como a íris, é ajustável, de maneira manual (câmeras manuais) ou automática (câmeras automáticas), para controlar a quantidade de luz que entra pela abertura e uma lente para focalizar a imagem no filme.

As câmeras digitais também funcionam com o mesmo princípio. A diferença é que nas câmeras analógicas, o filme faz o papel da retina, sendo a superfície onde a imagem será formada e fixada. Nas câmeras digitais, existe um sensor chamado CCD que faz o papel do filme. Este sensor capta a quantidade, a intensidade e as cores de cada ponto da imagem. Esses pontos são transformados em dados que podem ser lidos pela própria câmera ou pelo computador.

Ao se trabalhar com câmeras fotográficas em oficinas e atividades práticas, é importante mostrar aos educandos os botões para o funcionamento básico da câmera: *on/off* (ligar e desligar a câmera); botão do *click* (aciona a câmera para produzir a foto); botões para o zoom digital (aproxima e afasta o campo de captura da imagem); tecla *play* (onde é possível visualizar a fotografia produzida) e falar sobre como se pode apagar as imagens e o cuidado que se deve ter, para que as imagens produzidas não sejam apagadas por engano (erro muito comum nas oficinas de fotografia).

Sugestões de atividades

Olho no olho: observação do olho e percepção do movimento de retração/dilatação da pupila em relação à variação de luz no ambiente. Para realizar esta dinâmica são necessários dois ambientes:

– um interno e outro externo (um escuro e outro claro). Em duplas, os participantes devem observar os olhos uns dos outros e descrever o que estão vendo. É importante que observem, com calma e atenção, como se comporta a bolinha preta (pupila) do centro do olho. A discussão com os estudantes pode ser feita em torno das seguintes questões: O que você observou e viu no olho do outro? O que acontece quando se muda de ambiente? Por quê? É com auxílio dos olhos que percebemos o mundo a nossa volta.

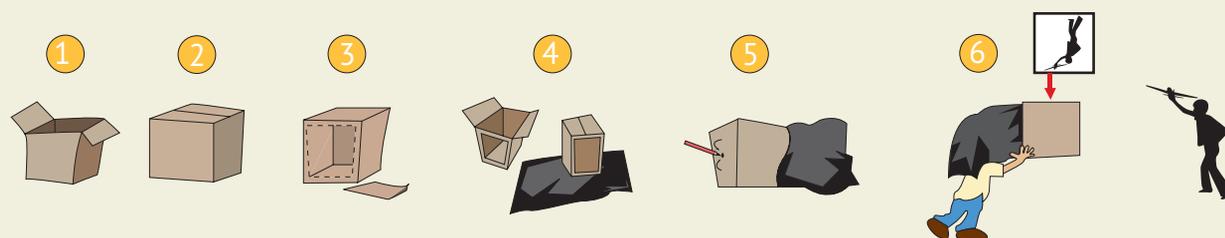
Construção de objetos óticos (lambe-lambe): **se a imagem formada na retina é invertida, porque não vemos as coisas de cabeça para baixo?** Há séculos foi esclarecido que a visão do homem ocorre não apenas em seus olhos, mas no seu cérebro, responsável por processar e corrigir a imagem que vemos. Com poucos materiais, podemos construir objetos que simulam o mecanismo da visão e entender como as imagens se formam em nossos olhos ou em câmeras de fotografia, vídeo e cinema. Os objetos óticos são baseados em modelos de câmaras escuras utilizadas pelos pintores no Renascimento para auxiliar na pintura de seus quadros (ver quadro “lambe-lambe”).

CONSTRUINDO UM OBJETO ÓTICO: LAMBE-LAMBE: a câmera “Lambe-lambe” é um modelo que remete às câmeras fotográficas dos parques, os famosos lambe-lambes.

Material necessário: 01 (uma) caixa de papelão de tamanho médio, tesoura, cola, fita adesiva, papel vegetal (no mínimo, do tamanho de um dos lados da caixa), papel cartão preto (quantidade suficiente para forrar o interior da caixa, exceto um lado), lona plástica preta grossa (tipo para construção civil).

Como fazer:

1. Você pega uma caixa de papelão de tamanho médio, na forma de um quadrado ou retângulo. É importante vedar, com papel cartão preto e cola, todas as entradas de luz.
2. Para funcionar bem, a caixa precisa estar toda fechada e vedada para não entrar luz.
3. Com a tesoura corte um dos lados e faça uma janela retangular. Depois cole com fita crepe um pedaço de papel vegetal bem esticado formando uma tela.
4. Nesse mesmo lado da tela, faça uma capa de lona preta envolvendo toda essa parte da caixa.
5. No lado contrário ao do papel vegetal, faça um furo com a ponta de um lápis ou caneta, enterrando a ponta um pouco para dentro.
6. Agora é só experimentar. Coloque sua cabeça sob a lona e veja as imagens formadas sobre o papel vegetal.



Problematização: o que você está vendo? Porque vê as imagens dessa forma? O que está a sua direita na cena real e na imagem formada na câmera? Porque isso acontece?

B. AUTOIMAGEM E IMAGEM DO GRUPO: INTEGRAÇÃO POR MEIO DA FOTOGRAFIA

Para exercitar o olhar para a fotografia, a proposta é desenvolver atividades que envolvam a produção de imagens (desenhos e fotos com a câmera digital) que visem à melhoria da autoestima dos educandos. São também atividades em que é possível trabalhar a convivência e o respeito à diferença no grupo de crianças ou adolescentes participantes das oficinas.

Sugestões de atividades

Caixa do tesouro: para realizar esta dinâmica é necessária uma caixa de sapato com um espelho colado em sua base interna. Organizados em roda, os participantes irão passar a caixa de mão em mão, onde todos poderão ver o tesouro que existe dentro dela. O tesouro é a própria imagem de cada um refletida no espelho. Em seguida, cada participante deve desenhar o que viu dentro da caixa (material: papel, lápis de cor, etc.). Ao final da dinâmica, durante a apresentação dos desenhos é importante que o educador ressalte o valor da nossa própria imagem e a importância de cada um para o grupo.

Desenho do colega: a seguir, a próxima atividade propõe a criação de um desenho do colega (material: papel, lápis de cor etc.). Em duplas, cada participante deverá fazer um desenho do colega observando seus traços e suas características. Em seguida, durante a apresentação dos

desenhos, o educador fará uma reflexão sobre a diversidade étnico-racial e a cultura brasileira, ressaltando a importância e valorização da diversidade, da boa convivência, e do respeito às características de cada um.

Autorretrato: o próximo exercício sugere a criação de autorretratos. Cada participante irá produzir uma foto do próprio rosto. Para produção do autorretrato é importante observar o enquadramento na foto, a iluminação, a distância da câmera (*zoom*). Mas, como a foto é de si mesmo, os participantes terão que criar alternativas para produzi-las, uma delas, é contar com a ajuda dos colegas. O exercício se completa com a análise das técnicas e características de cada foto produzida. O educador pode conduzir o encerramento da atividade com um debate sobre a valorização da autoimagem dos participantes. As fotos podem ser expostas em eventos com a participação da família e da escola.

Foto do grupo: cada participante deverá tirar uma foto do grupo. Em seguida, todos deverão analisar²⁰ as fotos produzidas, percebendo as técnicas utilizadas e as diferentes formas de representação do grupo.

FOTOGRAFIA DIGITAL

De certo modo, as câmeras fotográficas digitais facilitaram o processo de produção das fotografias. Nas câmeras analógicas, o custo para a produção de uma fotografia não é muito barato, além dos filmes terem um limite bem estabelecido da quantidade de imagens que podem ser produzidas. Esta característica obriga os fotógrafos a pensarem mais ao fazer as imagens. Já, a câmera digital possibilita que as pessoas produzam muitas fotos sem custos, pois se a imagem produzida não estiver com boa qualidade basta apagá-la e produzir outra. Esta característica trouxe novas possibilidades para a fotografia.

Apesar desta característica da fotografia digital possibilitar uma maior liberdade de produção de imagens, é importante refletir sobre o processo de construção de cada fotografia. Um exercício interessante para isso é limitar a quantidade de fotografias que podem ser produzidas. Com o limite estabelecido, os educandos terão que pensar e elaborar melhor suas ideias antes de produzirem suas fotos.

C. A DIMENSÃO TÉCNICA COMO RECURSO PEDAGÓGICO

Ao se trabalhar com os aspectos técnicos da linguagem fotográfica, mais do que orientar os educandos a respeito dos recursos oferecidos pela câmera fotográfica, é importante assegurar que as crianças e adolescentes percebam que a compreensão da dimensão técnica da fotografia é relevante para a construção da mensagem que eles pretendem passar a partir das fotos produzidas. Assim, ao trabalhar aspectos como composição, enquadramento e ângulo, por exemplo, os educadores podem desenvolver atividades em que esses conceitos sejam percebidos pelos educandos, como elementos que podem qualificar a utilização da fotografia como meio de expressão e registro. Entenda alguns conceitos importantes:

Composição: é a organização dos elementos dentro de um espaço determinado. No caso da fotografia, podemos organizar uma série de elementos (pontos, linhas, planos, cor, perspectiva, luz e sombra, formas, foco, enquadramento, ângulo, etc.), dentro do retângulo, para criarmos imagens que retratem ou expressem nossas ideias e/ou sentimentos.

20 Para analisar as fotos em todos os exercícios propostos para o kit de fotografia, o educador pode conectar a câmera diretamente em uma TV ou um *datashow* (utilizando o cabo com saída RCA). Caso não disponha destes recursos, em pequenas rodas, educandos e educadores podem fazer a análise assistindo as fotos no próprio LCD – tela digital – da câmera.

Enquadramento: é um recorte feito pelo fotógrafo, do mundo que o cerca. O fotógrafo escolhe qual parte deseja recortar e quais elementos devem estar presentes na imagem. O recorte e a organização dos elementos escolhidos devem ser pensados no processo de construção da imagem.

Ângulo: diferentes enquadramentos podem ser construídos pela mudança de ângulo ou ponto de vista do fotógrafo. Se o fotógrafo subir numa cadeira ou deitar no chão, por exemplo, verá a mesma cena ou objeto de formas diferentes.

Pontos, Linhas e Planos: se observarmos com atenção, podemos perceber que as imagens são compostas por pontos, linhas e planos. Essas dimensões da fotografia são usadas, muitas vezes, para conduzir o olhar do espectador criando pontos de atenção, movimento, equilíbrio ou desequilíbrio, etc. No caso dos planos, o fotógrafo pode estabelecer uma relação entre os elementos que estão em diferentes distâncias da câmera.

Luz e Sombra: a luz é um elemento fundamental da fotografia, sem ela não se podem produzir imagens fotográficas. Para se construir boas imagens fotográficas, é importante perceber como está a luz do espaço ou o objeto a ser fotografado. Esta percepção nos ajuda a ter controle da quantidade de luz que a câmera irá capturar ou se será necessário usar outras fontes de luz como o *flash*, abajur ou até uma lanterna.

Antes de começarmos a falar sobre técnicas de fotografia, é importante pensarmos sobre o tema que queremos fotografar, como por exemplo: a escola a família e comunidade, políticas públicas, meio ambiente etc. Esta definição é importante para se pensar qual composição e linguagem será escolhida para a produção da fotografia.

Sugestões de atividades

Fotos para uma frase: organizados em grupos de até seis pessoas, os participantes deverão elaborar uma frase. Em seguida, irão percorrer a escola ou a comunidade, para que cada integrante do grupo possa produzir uma foto relacionada à frase. Importante destacar o limite de fotos por grupo: uma para cada integrante. A atividade é completada com a análise de todas as fotos produzidas, em que educadores e educandos devem perceber as características e técnicas utilizadas na produção de imagens.

Fotocomposição: organizados em grupos de até seis pessoas, os participantes deverão compor um cenário para produção de uma foto utilizando objetos e espaços disponíveis na escola ou na comunidade. Este exercício contribui para a percepção de todos os elementos que compõem uma foto, para isso, é importante que os educandos observem os quatro cantos da imagem que será formada e tudo que está dentro deles. A atividade se completa da mesma forma que na atividade anterior.

Fotos dos espaços da escola: organizados em grupos de até seis pessoas, cada grupo deverá escolher um espaço da escola para ser fotografado (cantina, quadra, sala de aula, laboratório, biblioteca, etc.). Durante a produção, cada integrante do grupo deve tirar uma foto do espaço escolhido. Contudo, as fotos do mesmo espaço devem conter enquadramentos, composições e iluminações diferentes. Cada participante deve criar uma forma diferente de fazer sua foto. A atividade se completa com a análise de todas as fotos produzidas, onde educadores e educandos devem observar a relação entre a técnica utilizada e a sensação provocada pela imagem gerada.

D. LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE IMAGENS

A atividade de leitura e interpretação de imagens pode ser bem interessante e instrutiva. O que uma imagem significa para uns, pode ser diferente para outros. Cada um tem o seu modo de ver as coisas. As imagens utilizadas podem ser desenhos, gravuras, pinturas, imagens de jornais/revistas ou fotografias. O importante é que o conjunto de imagens escolhido apresente temas variados ou diferentes estilos e técnicas ou, pelo menos, sejam de momentos históricos diferenciados. Você pode adequar o exercício aos temas discutidos nas demais atividades de educação integral. A intenção dessa abordagem é ampliar a percepção do olhar, nas suas dimensões objetiva e subjetiva, para compreender que existem vários modos de ver, representar as coisas e se expressar esteticamente.

Sugestões de Atividades

Roteiro básico para leitura de imagens: organize o grupo em uma roda e distribua uma série de imagens no chão. Peça aos alunos que circulem pelo centro da roda e olhem atentamente para as imagens. Oriente os participantes a escolherem uma das imagens (a escolha das imagens pode ser feita individual ou em grupos de três alunos). Em seguida, o educador solicita que cada educando ou grupo diga por que escolheu aquela imagem. Os alunos responderão, coletivamente, expressando suas opiniões perante os colegas. Isso favorece a diversidade do olhar sobre a imagem. Valorize a oralidade, forma de expressão que favorece o raciocínio e o desenvolvimento cognitivo dos alunos. Reforce a ideia de que a diversidade é rica, diferentes opiniões são importantes e bem-vindas. Depois de fazer a leitura de cada imagem, separadamente, organize com os participantes conjuntos de três em três imagens e proponha uma leitura comparativa entre elas, ressaltando as características comuns e os aspectos que as diferencia como, por exemplo, a técnica utilizada, os elementos que a compõem, bem como a intenção de quem as produziu à época e contexto em que foi produzida.

Análise crítica de imagens e criação de legendas: um ditado oriental diz que “uma imagem vale por mil palavras”. Para estimular uma atitude mais crítica dos estudantes frente à informação que eles recebem nos meios de comunicação, uma atividade interessante é apresentar imagens retiradas de jornais e pedir que eles criem legendas para elas – sem mostrar os textos publicados originalmente. Ao fim da atividade, o educador deve comparar as legendas criadas pelos estudantes com o que estava efetivamente escrito no jornal. O exercício pode estimular discussões acerca de maus entendidos gerados por imagens ou frases tiradas do contexto, assim como o poder que os meios de comunicação têm para direcionar a interpretação de seu público a respeito do que acontece no dia-a-dia de um país ou de uma comunidade.

E. AÇÕES PEDAGÓGICAS ENVOLVENDO A FAMÍLIA

A participação das famílias na vida escolar dos estudantes ainda é um dos grandes desafios vivenciados pelas escolas brasileiras. Nesse sentido, um projeto de educação integral pode contribuir na ampliação dos espaços e formas de participação das famílias, na medida em que a escola dispõe de recursos criativos e democráticos, que reconheçam a importância das famílias no cotidiano escolar. Abaixo, citamos algumas ações em que a fotografia pode ser utilizada como estratégia para promoção do diálogo entre família e escola.

Estúdio de Foto da Família: pode ser produzido durante os eventos, reuniões, na entrega do boletim escolar ou nos encontros de integração escola, família e comunidade. O estúdio de fotografia pode ser montado em uma sala de aula e coordenado por estudantes que participam de oficinas de fotografia. É necessária apenas uma câmera fotográfica (com cartão de memória e bateria carregada), além do tripé. Podem ser produzidos cenários temáticos, para que a foto corresponda ao tema do evento. Professores, estudantes e familiares recebem um ticket chamado “vale-foto” (produzido pelos próprios educandos ou educadores à mão ou no computador). Com este ticket podem ir ao estúdio de fotografia na escola e tirar uma foto digital. É importante registrar o nome da pessoa e o número da foto para facilitar a distribuição das fotografias impressas. Nesta dinâmica as fotos devem ser produzidas pelas crianças, adolescentes e jovens que participam das oficinas. Assim, algumas orientações técnicas são importantes para os jovens fotógrafos: enquadramento (é preciso que todas as pessoas que estão nas salas: pais, estudantes e professores, apareçam na foto); evitar contraluz; tirar duas a três fotos iguais para depois escolher aquela que será impressa. As fotos devem ser descarregadas em um computador, se necessário, tratadas e, em seguida, impressas. A escola pode optar por realizar uma exposição fotográfica na escola ou na comunidade com as fotos da família.

F. PRODUÇÃO DE MAPAS E FOTOS DA COMUNIDADE

A fotografia pode ser um instrumento pedagógico importante na realização de diagnósticos e processos de análise crítica da realidade no entorno da escola. Parte das referências imagéticas que temos são dadas pelos meios de comunicação e pela publicidade. Neste processo são construídas imagens e símbolos estereotipados das diversas realidades no nosso país. Por exemplo: as comunidades de regiões da periferia dos grandes centros urbanos são, muitas vezes, mostradas apenas sob o viés da pobreza e da criminalidade. Entretanto, sabemos que estas imagens reduzem os valores e as riquezas dos lugares e das pessoas que lá habitam. O exercício de produção de mapas e fotos das comunidades pode ser uma prática interessante no sentido de levantar informações sobre a comunidade, perceber como o aluno representa o espaço e o que é importante no seu ponto de vista.

Sugestões de atividades

Fotografia livre na comunidade: organizados em grupos os estudantes farão uma saída fotográfica para livre produção de imagens na comunidade. Este exercício é importante, para que os educandos apropriem-se das ferramentas da câmera digital e iniciem a construção de um olhar diferenciado para a comunidade. As fotos produzidas, no dia, devem ser conhecidas e analisadas por todos os participantes da oficina.

Pesquisa sobre a história da comunidade: organizados em grupos, os estudantes deverão pesquisar a história do bairro, da comunidade ou da cidade onde moram. É importante levantar informações sobre: como a comunidade surgiu? Quem são as lideranças na comunidade? Quais são as tradições, costumes e festas realizadas nesta comunidade? Quais os equipamentos públicos (escola, posto de saúde, praça de lazer etc.) existentes na comunidade? E outras questões. A pesquisa pode ser realizada em parceria com os professores (as) de História da escola.

Percurso de casa para a escola: organizados em grupos (de acordo com a localização da casa dos estudantes em relação à escola) os participantes desenham mapas com o percurso diário,

de suas casas até a escola. Este mapa deve conter ruas, becos, praças e também espaços que são referência para os estudantes (comércio, equipamentos públicos, locais de lazer/socialização, casa dos amigos, etc.). Estes mapas são apresentados e debatidos com todos os participantes. Essa é uma atividade que pode envolver as disciplinas de Geografia e de História.

Saída fotográfica na comunidade: organizados em grupos, com apoio do educador, os participantes irão percorrer, na comunidade, os caminhos traçados no mapa, fotografando os espaços que foram marcados como referência. É importante delimitar uma quantidade máxima de fotografias por grupo, visto que o equipamento digital permite, de certa forma, uma produção intensa de fotografias em que o único limite é o espaço disponível para armazenamento de dados no cartão de memória da câmera. É importante orientar os jovens fotógrafos a observarem os espaços e escolherem, com tranquilidade, o melhor “quadro” para ser registrado. Colocando um limite de cinco a dez fotos por grupo, os participantes precisarão planejar a tomada fotográfica e como isso será feito.

Análise das fotografias produzidas: o exercício de fotografia, na comunidade, é concluído após todos os grupos fotografarem e conhecerem as fotos produzidas pelos colegas. É importante que as fotos produzidas sejam exibidas e analisadas na presença de todos. Durante a análise das fotos é possível abordar questões técnicas, tais como, enquadramento utilizado, iluminação adequada, elementos que compõem a foto; além disso, podem ser analisadas as situações fotografadas sob o viés da garantia dos direitos humanos. Por exemplo: a foto mostra uma situação de garantia ou violação dos direitos humanos? O que podemos fazer para melhorar determinada situação ou espaço registrado pela foto? No exercício de análise das fotografias, os educandos podem produzir legendas para cada uma das fotos. Os produtos gerados na oficina podem ser organizados em uma exposição fotográfica na escola e na comunidade.

A fotografia na mobilização social

Nos blocos acima, foram apresentadas sugestões de atividades para o uso da fotografia na alfabetização visual, na análise crítica de imagens e na reflexão criativa sobre a escola, a família e a comunidade. Mas também, é importante lembrar o papel da fotografia nos processos de mobilização social. A fotografia pode ser utilizada para pesquisa, registro e elaboração de campanhas educativas sobre o meio ambiente, sobre saúde, sobre a conservação dos espaços da escola, dentre outros temas. Conte sempre com a opinião dos estudantes no processo de utilização desta ferramenta. Muitas boas ideias podem surgir!

Apresentação

A sala de aula é o espaço para onde convergem os diferentes e vários aspectos que permeiam o cotidiano. Alunos e professores carregam consigo e para a escola todas as experiências que vivenciam em sociedade. O vídeo, o cinema e a televisão estão presentes no universo escolar muito antes que o professor decida incorporar essas linguagens ao seu fazer profissional. Cenas de filmes, matérias jornalísticas e o “capítulo da novela” se transformam em temas nas aulas. E a chave de leitura dos textos visuais, apreendida por cada um na prática diária do consumo de mídias, influencia nossa forma de organizar o pensamento, abstrair e aprender.

Quando ingressa na educação infantil, muito antes de escrever o próprio nome, a criança-espectadora da TV, do cinema e ou dos DVDs domésticos – já compreende que se aparece num desenho animado a figura de uma casa seguida da imagem de um personagem, isso quer dizer que aquele personagem está dentro daquela casa. Ou seja, antes de dominar a linguagem verbal, a criança já está visualmente alfabetizada. E essa não é uma especificidade contemporânea. Em nosso país, o acesso ao Ensino Fundamental só tornou-se universal, na segunda metade da década de 90, quase 30 anos depois da televisão adquirir alcance nacional. Para toda uma geração de brasileiros, a leitura de “textos” audiovisuais precedeu a possibilidade de leitura de textos verbais.

Some-se a isso o contexto atual em que, não apenas os produtos audiovisuais estão mais acessíveis, como também se democratizaram os processos que viabilizam esses produtos. Com câmeras amadoras (ou de celulares), um computador caseiro e acesso a internet já é possível produzir, veicular, promover e discutir um vídeo. O que, antes, dependia de produtoras, grandes estúdios e emissoras de TV, agora, é realizado por um único indivíduo e a baixo custo.

Ao levar o vídeo para sala de aula, o professor pode usá-lo como produto, contemplando com seus alunos a dimensão da recepção (os jovens na posição de consumidores do audiovisual). Também, é possível usar o vídeo como processo, contemplando a dimensão da produção (quando meninos e meninas realizam vídeos). Também, é possível articular as duas modalidades num mesmo processo ou projeto pedagógico. Por exemplo, ao realizar um debate com os alunos, após a exibição de um audiovisual (vídeo como produto), o professor pode propor que os estudantes gravem em vídeo suas principais conclusões. Não há opção mais ou menos “certa”. Tudo depende do que se está buscando.

Mais à frente, apresentamos uma série de sugestões para o uso do vídeo, em sala de aula, como ferramenta ou como metodologia pedagógica. Importante salientar que são sugestões que podem e devem ser adaptadas pelos professores a sua própria realidade e demanda.

O vídeo como produto

Segundo o pesquisador Marcos Napolitano (2003), no livro *Como Usar o Cinema na Sala de Aula*, o vídeo já é usado por professores pelo menos desde o final dos anos 1980. É raro o educador que nunca tenha feito uso de um vídeo em sala de aula. Entretanto, esta atividade é, por vezes, negligenciada em seu potencial pedagógico. Um equívoco comum, por exemplo, é a exibição de audiovisuais em substituição ao “professor que faltou” (como atividade de aula vaga).

O vídeo é uma linguagem fugaz. No caso de uma transmissão de TV, não é possível “voltar” à página anterior para “reler” um texto que ficou sem compreensão. Mesmo a exibição de um vídeo gravado, ou de um filme (no cinema, num auditório, na sala de aula...) caracteriza, em geral, uma atividade coletiva e será necessária uma pactuação para interrompê-la, em função da dúvida de um indivíduo integrante da audiência. Ao contrário do que acontece com um livro, com um DVD nas mãos não acessamos qualquer informação.

Por essa característica – também presente no rádio – o audiovisual funciona pouco para o repasse de informações, mas possui grande poder de mobilização emocional. Sobrepondo fala, música, escrita, imagem, um vídeo atinge a todos os sentidos, simultaneamente, e, aí, reside sua força. Outra vantagem refere-se à relação que, culturalmente, estabeleceu-se com o audiovisual em nossa sociedade. O vídeo remete ao cinema e à TV e, por isso, a lazer e entretenimento, o que modifica a postura dos alunos diante do seu uso em sala de aula (MÓRAN, 1995). É possível aproveitar na escola essa expectativa positiva em torno do audiovisual.

Alguns itens estruturais devem ser assegurados. A sala deve ter cadeiras em número suficiente e cortinas que permitam o escurecimento do ambiente. (na falta de cortinas é possível cobrir as vidraças com papel pardo ou isopor). É importante que a televisão esteja visível para todos. Caso a turma ou o espaço seja muito grande, é aconselhável o uso de uma caixa amplificadora de som e de um projetor plugado ao DVD. A escolha do material a ser exibido também merece atenção. O professor deve assistir ao vídeo, previamente, verificando a adequação da linguagem e do conteúdo à faixa etária e ao perfil do público que participará da atividade.

De modo geral, é preferível trabalhar com materiais curtos, de até 20 minutos, ou mesmo com a exibição de cenas. Havendo, no entanto, o desejo de exibir algo mais longo torna-se ainda mais importante garantir um ambiente confortável para os espectadores. Havendo debate, após a mostra do vídeo, o professor deve evitar monopolizar a discussão ou emitir sua opinião antes dos alunos. Isso pode inibi-los a expressar seus pontos de vista.

Sugestões de atividades de análise de filmes

Leitura de cenas

Antes de iniciar a exibição de um vídeo, apresente a seus alunos algumas “palavras-chave” para a reflexão que deseja desenvolver. Por exemplo: se o tema for gravidez na adolescência, as palavras-chave podem ser “prazer”, “saúde”, “juventude”. Após a exibição do audiovisual, peça aos alunos, divididos em grupos, que identifiquem as cenas que melhor sintetizem as palavras-chave. A seguir, cada grupo apresenta suas conclusões. Se necessário ou desejável, as cenas podem ser reapresentadas. Ao final, a turma, com a ajuda do professor, faz a síntese do debate.

Você Decide!

Será necessário selecionar um vídeo de linguagem ficcional, documental ou jornalístico que apresente uma situação de impasse em algum momento da narrativa. Por exemplo: a menina que quer viajar com o namorado e vai perguntar aos pais. A situação induz à questão: “qual será a resposta?” O vídeo deve ser exibido até esse ponto, quando, então, o professor interrompe a exibição. A partir daí, a turma é convidada a imaginar o final da história. Isso pode ser feito, individualmente (com uma redação, por exemplo), coletivamente (debate aberto na turma) ou em grupos. As ideias dos jovens são apresentadas e, depois, todos assistem à conclusão do audiovisual. Conduzindo um debate, o professor deve motivar os alunos a compararem o final da história com aquele (ou aqueles) idealizado(s) pelos jovens. É interessante refletir com os estudantes as diferenças entre os vários “finais” propostos, incentivando-os a compreender o que determinou essas diferenças.

Jogo da caixa

Separe fotos, pequenos objetos e frases escritas em folhas de papel A4 relacionadas a um tema que se deseje discutir. Coloque esses materiais dentro de envelopes de papel pardo de tamanho médio ou grande. Coloque os envelopes dentro de uma caixa de papelão. É interessante decorar a caixa com adesivos, papel colorido, etc. Exiba o vídeo para a turma, de preferência, arrumada em círculo. A seguir, coloque uma música para tocar e faça a caixa de papelão circular como no jogo da “batata quente”. O professor retira a música subitamente. Quando ela parar, aquele que tiver a caixa em mãos deve abri-la, puxar um envelope, revelar seu conteúdo para a turma e falar o que sabe ou o que pensa sobre o que foi exibido. Pode ser estimulado um breve debate sobre a questão levantada, buscando sempre fazer alusão ao vídeo que os jovens acabaram de assistir. Depois, o grupo retoma a brincadeira com a caixa de papelão até que se esgotem os envelopes.

Obs.: Cuide para colocar na caixa um número de envelopes que não seja insuficiente para o tempo da atividade, mas que também não seja excessivo, de modo a sobrecarregar a turma. Essa atividade é especialmente útil para dar ao professor uma noção do posicionamento de seus alunos em relação a um tema determinado.

O vídeo como processo

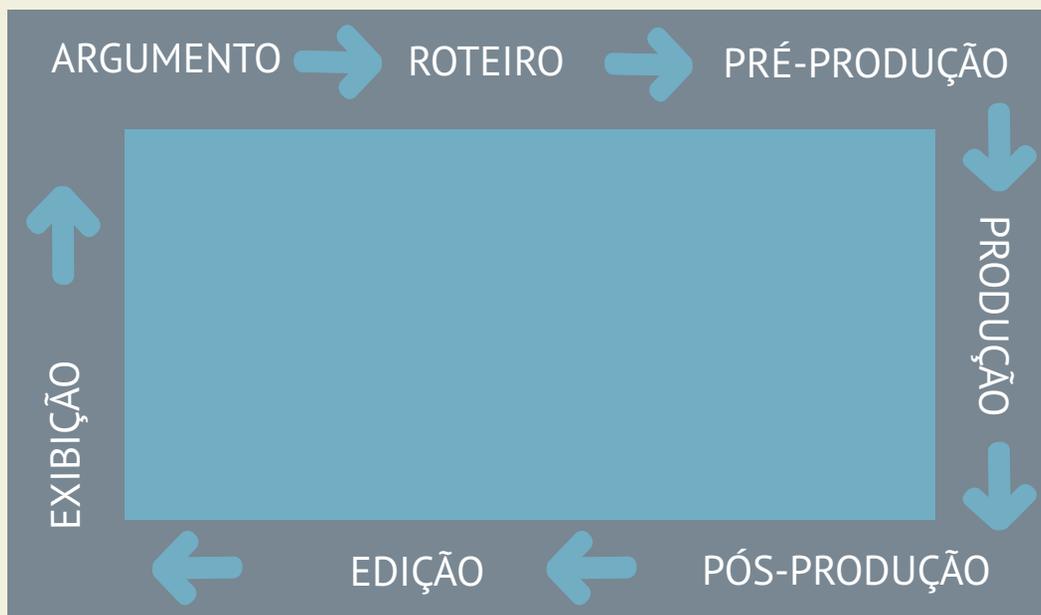
O uso do audiovisual na escola pode contemplar a dimensão da produção, estabelecendo processos eficazes de construção do conhecimento. Para realizar um vídeo, o jovem precisará pesquisar sobre o tema a ser abordado. Deverá organizar seu pensamento na redação do roteiro e reorganizá-lo em vários momentos durante o processo de gravação. Ainda vivenciará um momento final de sistematização na hora de editar o vídeo. Ao longo desse processo, ele se apropria dos temas sobre os quais deverá “FALAR” (concretamente para um público), ao contrário da postura passiva de “ouvinte” que assumiria numa aula expositiva.

Para além dos conteúdos, o processo, em si, também ensina. A produção do audiovisual pressupõe a organização de uma equipe, favorecendo o aprendizado do trabalho em grupo. Da localização dos entrevistados à gestão dos recursos disponibilizados pela escola (equipamentos, espaços físicos...), os jovens estarão exercitando o raciocínio lógico e sua capacidade de solucionar problemas. Em cada etapa da produção há espaço para o desenvolvimento de competências.

Processo de produção audiovisual

O processo de produção audiovisual organiza-se em etapas. A realização da obra começa com uma ideia. Em vídeo, cinema e TV, isso é o que chamamos de “argumento”, que se concretiza num texto curto, de dez a vinte linhas, expressando as principais ideias do audiovisual que se pretende produzir.

No início do século XX, referindo-se à expansão do rádio, o dramaturgo Bertold Brecht afirmou: “de repente se podia falar tudo, mas não havia muito que dizer”. Com essa frase, Brecht afirmava um pensamento que se aplica, perfeitamente, a qualquer outro processo comunicacional, o que inclui o vídeo: o primeiro passo é definir O QUE se vai falar, com que justificativa e PARA QUEM.



Definido o argumento, partimos para o roteiro que é a expressão em texto de um vídeo que já foi “imaginado”. Certamente, a realização material de um vídeo ou filme, dificilmente, corresponderá com exatidão ao que foi idealizado. Não importa. O trabalho de roteirizar é o trabalho de imaginar e descrever, uma após outra, as cenas que contarão uma história. Nessa etapa, nossa experiência nos ajuda como espectadores de audiovisual. É quando são definidos os diálogos, as “falas” dos repórteres e apresentadores, as entrevistas que serão feitas e as imagens que serão mostradas. Atenção: os textos devem ser curtos e você deve prever momentos só com imagens (acompanhadas ou não de música) para descansar o seu público. Independente do formato adotado, o texto do roteiro deve servir como um guia nos momentos de gravação e edição.

Pronto o roteiro, ainda não é o momento de ligar a câmera. Há toda uma preparação que chamamos de “pré-produção”. Os cenários são produzidos, as entrevistas agendadas, os atores ensaiam, os locais de gravação são escolhidos... Só com tudo preparado é que vamos a campo para a “produção”, propriamente dita, que é a gravação das imagens previstas pelo roteiro. Quanto mais exata for a pré-produção, mais fáceis serão as gravações. Mesmo assim muitas adaptações podem ser necessárias. Um entrevistado pode desistir, na última hora, ou não falar, exatamente, aquilo que se estava esperando, por exemplo. Os imprevistos obrigarão a equipe a revisitar o roteiro, introduzindo alterações.

Evite gravações desnecessárias e, na medida do possível, procure prender-se ao que está previsto no roteiro, sem deixar de aproveitar oportunidades que apareçam no caminho. Quanto mais objetivo o material gravado, mais rápida e tranquila será a etapa seguinte: a pós-produção, quando nos preparamos para a edição do material. Isso compreende o visionamento de todo o material gravado, anotando a localização dos melhores *takes* (um *take* é o som e a imagem gravados, desde a hora que se aciona o botão para “gravar” na câmera, até a hora que a gravação é interrompida). Exemplo:

“FITA nº 1 - 0h3min – entrevista com a diretora da escola. Nesse momento, ela fala sobre a importância do laboratório de informática. Até 0h12min”.

Depois de analisado todo o material, descarregamos para um computador as cenas que sabemos que iremos aproveitar. Na máquina, deve estar instalado um *software* de edição. Há boas opções livres como o *Kino* (mais simples) e o *Cinelerra* (avançado), ambos compatíveis com o sistema *Linux*. O computador deverá ter um HD robusto e bastante memória RAM. Se a gravação tiver sido feita num celular ou câmera fotográfica, pode haver necessidade de usar um software para conversão dos arquivos como o *Multimedia Converter* ou o *Transcode* (livres). Nesse caso, também, é possível utilizar um aparelho de *Bluetooth*, que se encontra no mercado por preços cada vez mais acessíveis.

Os programas de edição são bastante simples. Cada imagem descarregada constitui um arquivo de vídeo. Você importa os arquivos com os quais deseja trabalhar e, depois, arrasta as imagens com um cursor, ordenando-as da maneira desejada numa régua a que chamamos *time-line*. (Não se esqueça de salvar o seu projeto a cada alteração!) Os programas oferecem vários recursos, como aplicação de música de fundo ou letreiros. Vale abrir o *software*, mexer sem medo e experimentar as muitas alternativas.

Sugestões de Atividades de Produção de Vídeos

- O vídeo como material de pesquisa

O registro audiovisual pode ser um apoio significativo ao trabalho de pesquisa realizado na escola, com a vantagem de remeter, diretamente, à realidade dos estudantes. Por exemplo: se o tema trabalhado é ecologia, os jovens podem ser convidados a registrar no entorno da escola situações de agressão ao meio ambiente. Posteriormente, essas imagens são exibidas e discutidas com a turma, permitindo a realização de um diagnóstico participativo da situação. Mais interessante, ainda, se desse diagnóstico derivar um plano de ação, também apresentado em vídeo pelos alunos. *Obs:* De modo geral, a fita utilizada em câmeras de vídeo não poderá ser exibida em DVD. Você pode plugar a câmera ao aparelho de TV ou descarregar as imagens para o computador e gravá-las em DVD posteriormente. A segunda opção também é válida, se forem utilizadas câmeras fotográficas ou celulares.

- Produzindo um interprograma

Com o objetivo de permitir a sistematização criativa do conteúdo trabalhado, o educador pode propor aos jovens a produção de vídeos pequenos, de até três minutos. O primeiro passo é produzir o roteiro de um “interprograma” sobre um assunto que se queira trabalhar. Em linguagem televisiva, “interprogramas” são os vídeos exibidos nos intervalos da programação. Devem ser sucintos e atraentes para o público. Isso desafiará os jovens a sintetizar o que aprenderam ao longo de aulas anteriores. A seguir, os estudantes são convidados a gravar o que roteirizaram. Eles podem dramatizar cenas ou trabalhar com cartazes (em substituição aos videogramas usados na publicidade). Caso não seja possível a edição, basta gravar os planos já na ordem em que foram previstos pelo roteiro. Depois de prontos todos os “interprogramas”, são exibidos e discutidos com a turma. Se a escola não dispõe de equipamentos de gravação, é possível construir os roteiros e “encená-los” na sala de aula. Juntos, professor e alunos podem construir uma grande “moldura”, em forma de aparelho de TV, para criar a ambiência dessa apresentação.

- Dublagem de cenas

Esta atividade, também, se presta à sistematização criativa de conteúdos. Os jovens são convidados a “reciclar” cenas de filmes já existentes, para abordar temas que estejam sendo trabalhados. Eles podem dublar as cenas, usando um texto que transmita o conteúdo pretendido. Exemplo: o assunto em pauta é a fotossíntese. Os estudantes usam a cena de um casal em um determinado

filme, e dublam as falas substituindo o diálogo existente por falas sobre o fenômeno estudado. Para isso é preciso, primeiro, descarregar a cena no computador (ou fazer o *download* da mesma a partir da internet). Assistindo à cena, os alunos encenam o novo diálogo com um microfone plugado na máquina, tentando sincronizar a fala com a movimentação dos personagens. Depois é só “colar” o áudio gravado à cena, usando um *software* de edição. Se a escola não possuir os equipamentos adequados, é possível exibir a cena sem áudio, com os jovens “dando” as falas, ao microfone, no momento certo.

Formando o espectador crítico

Presente em 95% dos lares brasileiros, segundo a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios, a televisão tem enorme influência sobre o imaginário coletivo brasileiro. Agregando som e imagem, a TV dá a seu espectador a sensação de transportá-lo ao local do fato que é narrado, permitindo que o mesmo seja por ele “presenciado”. Ainda que nos dias de hoje esteja mais disseminada a ideia de que a mídia é autora de versões e não de verdades, inconscientemente, tendemos a aceitar aquilo que nos é transmitido por imagens. Quando o indivíduo passa a conhecer a forma como são produzidos os conteúdos audiovisuais, que recebe através da TV ou da internet, a tendência é desmistificar esses processos, percebendo que os mesmos são influenciados pelos pontos de vista de quem opera a câmera, de quem faz a entrevista, de quem realiza a edição. Se o estudante vivencia essas ações como produtor de audiovisuais, sobretudo, essa percepção tende a ser ainda mais aguda.

Há várias atividades que permitem aos alunos aplicarem os conhecimentos que construíram sobre o processo de produção de vídeo e TV na análise do discurso da mídia. Podem ser exibidos comerciais ou cenas de novela para refletir sobre a forma como negros ou mulheres são vistos na sociedade, por exemplo. O professor pode propor também a comparação de uma matéria de telejornal, com a disseminação da mesma notícia por meio impresso ou comparar dois telejornais entre si. Entretanto, nesse tipo de atividade o educador deve estar atento. Seu objetivo não deve ser convencer seus alunos de sua própria interpretação do texto midiático, mas chamar a atenção dos educandos para o fato de que qualquer texto está permeado de interpretações de quem o produziu e também de quem o recebe. Trabalhar um espectador crítico da mídia é, em última instância, relativizar, por isso o professor deve libertar-se de suas próprias verdades e se abrir, no debate, às várias leituras que, certamente, emergirão dos estudantes.

A seguir, apontamos algumas sugestões de abordagem, referente à produção de conteúdos, para as mídias escolares, tendo como perspectiva a articulação com os demais cadernos do *Programa Mais Educação*. Dentro de uma perspectiva interdisciplinar, é possível que esses conteúdos sejam preparados, conjuntamente, por educadores de dois temas, um focando nos conteúdos, e o outro, nas técnicas de comunicação. Abrem-se, assim, múltiplas possibilidades de parceria e cooperação.

Acompanhamento Pedagógico

- Resenhas e comentários sobre livros de literatura e outros comprados com os recursos do programa;
- Jogos matemáticos para leitores e ouvintes;
- Textos e produções, com base em pesquisas e trabalhos realizados durante as diversas disciplinas;
- Leitura e análise de artigos publicados, histórias em quadrinho e roteiros utilizados em programas de rádio e vídeo;
- Dicas relacionadas ao novo acordo ortográfico;
- Dicas de estudo;
- Hora/espços de contos e poesia; momento literário/curiosidades.

Educação Ambiental

- Promover campanhas de preservação do ambiente escolar (pátio, cantina, salas de aula, banheiros, quadras, etc.);
- Promover campanhas educativas sobre a utilização do lixo;
- Valorização das hortas escolares.

Esporte e Lazer

- Divulgar e promover jogos, torneios e campeonatos;
- Divulgação dos eventos da escola como festas, rua de lazer e eventos comemorativos.

Direitos Humanos em Educação

- Produção de artigos e vinhetas educativas sobre ética e cidadania;
- Valorização dos profissionais que atuam na escola;
- Valorização da participação dos estudantes na escola;
- Campanhas para a melhoria da convivência na escola e combate à violência, ao pre-conceito e à discriminação (homofobia, racismo, machismo, *bullying*);
- Campanha de preservação dos murais e dos trabalhos expostos na escola.

Cultura e Artes

- Dicas sobre as origens dos diferentes gêneros musicais;
- Letras de músicas educativas e informativas, recriação de letras;
- Memória da comunidade e da escola;
- Notícias da comunidade;
- Uso de recursos de desenho e arte para ilustrar o jornal e fazer História em Quadrinhos (HQ).

Cultura Digital

- Dicas e resenhas de sites;
- Pesquisa na internet;
- Editoração eletrônica e uso de recursos de desenho e arte;
- Divulgação de redes sociais de interesse da escola.

Promoção da Saúde

- Campanhas de prevenção às drogas;
- Campanhas de prevenção a doenças;
- Campanhas para a melhoria dos hábitos alimentares;
- Campanhas de vacinação;
- Discussão sobre saúde e sexualidade.

Investigação no Campo das Ciências da Natureza

- Campanhas de divulgação e promoção de Feiras de Ciências e Tecnologia;
- Campanhas e dicas de utilização dos laboratórios;
- Fotografia aplicada à investigação da natureza;
- Produção de textos, programas de rádio, vídeos e HQ, com resultado de pesquisa sobre a natureza.

Educação Econômica

- Campanhas de educação para o consumo consciente.

Experiências de Produção de Mídias Escolares no Brasil

12

AIC – Associação Imagem Comunitária - www.aic.org

Associação Encine – www.encine.org.br

Auçuba – Comunicação e Educação – www.auçuba.org.br

Bem TV – Educação e Comunicação – www.bemtv.org.br

Centro de Criação da Imagem Popular (CECIP) – www.cecip.org.br

Cidade Escola Aprendiz – www.cidadeescolaaprendiz.org.br

Cipó – Comunicação Interativa – www.cipo.org.br

Ciranda – www.ciranda.org.br

Comunicação e Cultura – www.jornalescolar.org.br e www.comcultura.org.br

Girassolidário – www.girassolidario.org.br

Movimento do Organização Comunitária – MOC - www.moc.org.br

Núcleo de Comunicação e Educação – Universidade de São Paulo NCE/USP
- www.usp.br/nce

Oficina de Imagens – www.oficinadeimagens.org.br

Saúde e Alegria – www.saudeealegria.org.br

Rede CEP – Rede de Comunicação Educação e Participação (reúne experiências em todo o Brasil) - www.redecep.org.br

Nota: As atividades apresentadas compõem apenas um quadro de sugestões para a exploração do caderno Comunicação e Uso de Mídias, sem intenção de constituir um receituário, mas integrando a experiência de instituições que há muito tempo trabalham nesta área. Cabe aos educadores refletirem sobre sua realidade e compor um novo quadro ou enriquecer, ainda mais, este com novas práticas pedagógicas.

13 Referências

SOCIEDADE DA INFOMRAÇÃO

- ÁRIES, P. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1981.
- ECO, U. *O superhomem de massa*. S.Paulo: Perspectiva, 1991.
- ECO, U. *Apocalípticos e Integrados*. S. Paulo: Perspectiva, 1979.
- FREIRE, Paulo. (1979). *Educação como prática da liberdade*. 17.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- HERMAN, E. S.; CHOMSKYM, N.C. *A manipulação do público*. São Paulo: Futura, 2003.
- LINN, S. *Crianças do consumo*. São Paulo: Instituto Alana, 2006.
- MAN, J. *A revolução de Gutenberg: a história de um gênio e da invenção que mudaram o mundo*. Rio de Janeiro: Ediouro.
- MARTIN-BARBERO, J. *Dos meios às mediações*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.
- _____. *Jóvenes: comunicación e identidad*. *Revista Digital de Cultura de la OEI*. nº 0.fev, 2002. Disponível em: www.oei.es/pensariberoamerica/ric00a00.htm. Acesso em: 15 jul. 2010.
- POSTMAN, N. *O desaparecimento da infância*. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1999.
- THOMPSON, J. B. *Ideologia e cultura moderna*. Rio de Janeiro: Petrópolis, Vozes, 1995.

A COMUNICAÇÃO E USO DE MÍDIAS NO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO

- BARBOSA FILHO, A.; CASTRO, C.; TAKASH,T. (org.). *Mídias digitais: convergência tecnológica e inclusão social*. Editora Paulinas.
- BUCHT, C.;FELILITZEN,C.V. *A criança e a mídia*. Brasília: Unesco, 2002.
- _____. *Perspectivas para a criança e a mídia*. Brasília: MEC. UNESCO, 2001.
- CALDERÓN, A. I. *Democracia local e participação popular*. Editora Cortez.
- CANECA. *Educación para la comunicación*. Manual Latino-americano, Santiago: Chile, 1992.
- CITELLI, A.; CHIAPPINI, L. (coord.). *Outras linguagens na escola*. Coleção Aprender e ensinar com textos. São Paulo: Cortez, v. 6, 2000.
- DIAS, L. R. (coord. geral). *Inclusão digital: com a palavra, a sociedade*. Plano de Negócios. Ministério da Cultura. Telefônica.
- KAPLÚN, M. *El educar popular, Humanitas*, Buenos Aires 1986.
- _____. *Processos Educativos e canais de comunicação*. In: Comunicação e Educação. 1999.
- LIMA, R. P. (org.). *Mídias comunitárias, juventude e cidadania*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- LOPES, M.I. V. *O campo da comunicação: discussão sobre seu estatuto disciplinar*. In: Revista USP. nº.48,fev, 2001.
- MARANHÃO, J. *A voz do cidadão. Mútua ajuda da cidadania*. Editora Contra Capa.
- MARTIN, B. J. *Retos culturales de Ia educación a Ia comunicación*. In: Comunicación, educación y cultura: relaciones, aproximaciones y nuevos retos. Bogotá: Cátedra Unesco de Comunicación Social. Facultad de Comunicación y Lenguaje, Pontificia Universidad Javeriana, 1999.
- _____. *Ensachando territorios em comunicacion/educacion*. In: Valderrama, C. Comunicación & Educación, Bogotá, Universidad Central, 2000.
- _____. *La educación desde la comunicación*. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2002.

- MEAD, Margarete. *Cultura y Compromiso*. Granica: Buenos Aires, 1971.
- PENTEADO, H. D.(org.). *Pedagogia da comunicação*. São Paulo: Salesiana, 1998.
- RAGA, J. L.; CALAZANS, R. *Comunicação & educação, questões delicadas na interface*. São Paulo: Hacker, 2001.
- RAMOS, M. N. *A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?* São Paulo: Cortez, 2001.
- SIERRA, F. *Introducción a la teoría de la comunicación educativa*. Madrid: Sevilla Editorial, 2000.
- SOARES, I. O. (org.). *O jovem e a comunicação*. São Paulo: Paulinas, 1992.
- _____. *Caminhos da educomunicação*. São Paulo: Editora Salesiana, 2001.
- _____. *Gestão comunicativa e educação: caminhos da educomunicação*. In: Revista Comunicação & Educação. São Paulo: ECA/USP. Edições Paulina, ano VIII, nº. 23, pp. 16-25, jan./abr, 2002
- _____. *Educomunicação, um campo de mediações*. In: Revista Comunicação & Educação. São Paulo: ECA/USP. Edições Paulinas, ano VII, nº. 19, pp.12-24, set./dez, 2000.
- TEDESCO J. C. *O novo pacto educativo: educação, competitividade e cidadania na sociedade moderna*. São Paulo: Ática, 1998.
- UNICEF/MEC. *Aprova Brasil. O Direito de aprender*. Disponível em: <www.unicef.org> Acesso em: 15 jul. 2010.
- VALDERRAMA, C. E. *Comunicación y educación*. Coordinadas, abordajes y travesías, Universidad Central/Siglo del Hombre Ediciones, Bogotá, 2000.

PROJETO PEDAGÓGICO DAS MÍDIAS ESCOLARES

- CAVALCANTE, J. *O jornal como proposta pedagógica*. São Paulo: Paulus, 1999.
- ELIAS, M. D. C. *Pedagogia Freinet: teoria e prática*. São Paulo: Campinas, Papirus, 1996.
- FARIA, M. A. *Como usar o jornal em sala de aula*. São Paulo: Editora Contexto, 2001.
- FREINET, C. *O jornal escolar*. Lisboa: Editorial Estampa, 1974.
- GADOTTI, M. *O jornal na escola e a formação de leitores*. Brasília: Líber Livro, 2007.
- IJUIM, J.K. *Jornal escolar e vivências humanas*. São Paulo: Bauru EDUSC, Mato Grosso, Campo Grande: Ed. UFMS, 2005.
- SAMPAIO, R.M.W.F. *Freinet: evolução história e atualidades*. São Paulo: Editora Scipione, 1989.
- Comunicação e Cultura – www.jornalescolar.org.br

RÁDIO ESCOLAR

- BARBOSA FILHO, A. *Gêneros radiofônicos: os formatos e os programas em áudio*. São Paulo: Paulinas, 2003.
- CONSANI, M. *Como usar o rádio na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2007.
- JÁUREGUI, C.; GUERRA, A.; KIMO, P. *Rádio escolar: guia para professores e estudantes*. Belo Horizonte: Oficina de Imagens, 2009.
- JUNG, M. *Jornalismo de rádio*. São Paulo: Contexto, 2004.
- LOPES, E. *Oficina de rádio do projeto Jovens Interagindo (Jite)*. Belo Horizonte: Oficina de Imagens. Manuscrito, 2005.
- MIRANDA, F.; JÁUREGUI, C.; SANTOS, V.; VIEIRA, R. *Apostila irradiando*. Belo Horizonte: Oficina de Imagens. Manuscrito, 2010.
- SÃO PEDRO, E.; VIEZA, F. *Oficina de radiojornalismo para mobilização social*. Belo Horizonte: Manuscrito, 2005.

HISTÓRIAS EM QUADRINHOS

- ANDRADE, C.; ALEXANDRE, S. (orgs.). *Prática de escrita: histórias em quadrinhos*. São Paulo: Labmind Editora, 2005.
- CALAZANS, F. *História em quadrinhos na escola*. 2 ed, São Paulo: Paulus, 2005.
- CARVALHO, D. *A educação está no gibi*. Campinas: Papyrus, 2006.
- MENDONÇA, J. M. P. *Traço a traço, quadro a quadro: a produção de histórias em quadrinhos no ensino da arte*. Belo Horizonte: C/Arte, 2008.
- PACKALEN, L.; SHARMA, S. *Grassroots comics: a development communication tool*. Jyväskylä: Ministry for Foreign Affairs of Finland, 2007.
- RAMA, A.; VERGUEIRO, W. *Como usar as histórias em quadrinhos na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2004.
- RAMOS, P. *A leitura dos quadrinhos*. São Paulo: Contexto, 2009.
- RANGEL, D.; BIANCONI, M. L. *Quadrinhos na sala de aula*. In: JORGE, T. C.A. *Ciência e arte: encontros e sintonias*. Rio de Janeiro: Editora SENAC Rio, 2004.
- VERGUEIRO, W.; RAMOS, P. (orgs.). *Quadrinhos na educação: da rejeição à prática*. São Paulo: Contexto, 2009a.
- _____. *Muito além dos quadrinhos: análises e reflexões sobre a 9ª arte*. São Paulo: Devir, 2009b.

FOTOGRAFIA

LATANET: *da latinha à internet*. Disponível em www.latanet.org.br. Acesso em: 08 de julho de 2010.

VÍDEO

- CORREA E CASTRO, Márcia e CARVALHO, Olívia Bandeira de Melo. *A comunicação invade a escola*. Niterói (RJ), Bem TV – Educação e Comunicação, publicação independente, 2007.
- MORAN, José Manuel – *O vídeo na sala de aula*. São Paulo: Comunicação & Educação. ECA-Ed. Moderna, [2]: 27 a 35, jan./abr. de 1995.
- NAPOLITANO, Marcos. *Como usar o cinema na sala de aula*. São Paulo: Editora Contexto, 2003.

Realização: Secretaria de Educação Básica
Esplanada dos Ministérios, Bloco L, Sala 500
CEP 70.047-900 - Brasília, DF
Sítio: portal.mec.gov.br/seb
E-mail: educacaointegral@mec.gov.br

Série Mais Educação **Organização:**
Jaqueline Moll
Coordenação Editorial:
Gesuína de Fátima Elias Leclerc
Leandro da Costa Fialho
Revisão Pedagógica:
Danise Vivian
Samira Bandeira de Miranda Lima
Revisão final:
Carmen Teresinha Brunel do Nascimento

Cadernos Pedagógicos Mais Educação **Elaboração de texto e edição**
Cultura e artes ***Sociedade da Informação***
Daniel Raviolo
A Educomunicação no Programa Mais Educação
Alexandre Le Voci Sayad
Projeto Pedagógico das Mídias Escolares
Daniel Raviolo
Mídias Escolares
Jornal Escolar: Daniel Raviolo
Rádio escolar: Adriano Guerra, Carlos Jáuregui, Elizabeth Vieira
Gomes, Paula Kimo
Histórias em Quadrinhos: Ricardo Jorge de Lucena Lucas
Fotografia: Adriano Guerra, Bruno Vilela, Elizabeth Vieira Gomes,
Paula Fortuna, Paula Kimo
Vídeo: Márcia Correa e Castro.

Revisão de textos: Ellen Neves

Agência Traço Leal Comunicação: **Projeto Gráfico**
Carol Luz
Arte da Capa
Diego Gomes
Conrado Rezende Soares
Diagramação
Carol Luz
Conrado Rezende Soares
Diego Gomes



www.portal.mec.gov.br

Ministério da
Educação

